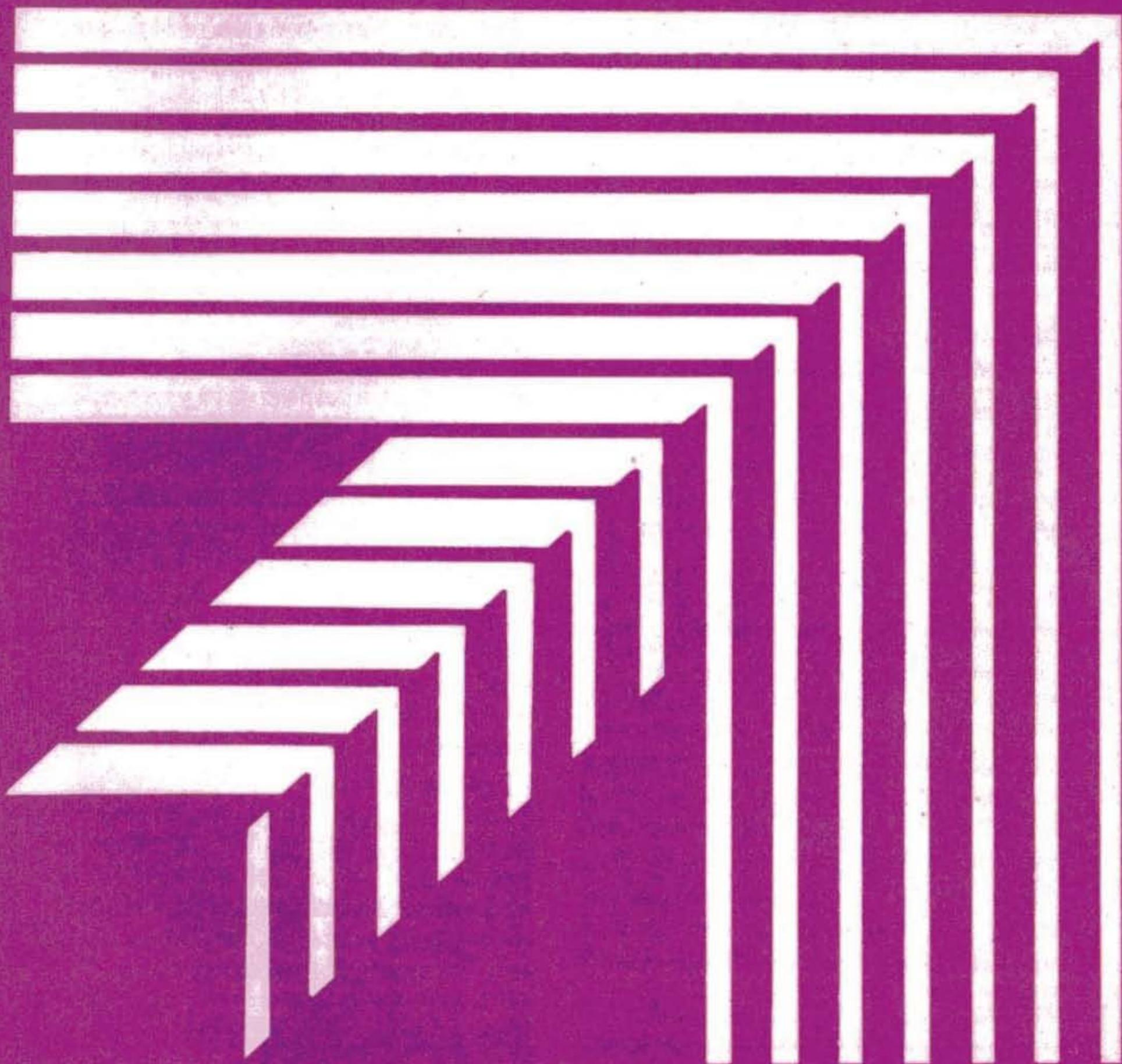


convergência

SET — 1987 — ANO XXII — Nº 205



- **REFLEXÃO SOBRE A AÇÃO PASTORAL DA IGREJA NO BRASIL** — Instituto Nacional de Pastoral — página 394
- **VATICANO II E A VIDA RELIGIOSA NO BRASIL**
Irmã Ivone Gebara — página 415
- **VIDA RELIGIOSA FEMININA: ROMPENDO O ANONIMATO**
Irmã Olimpia Gaio, FAP — página 423

CONVERGÊNCIA

Revista da
Conferência
dos Religiosos
do Brasil: CRB



Diretor-Responsável:

Ir. Claudino Falchetto, FMS

Redator-Responsável:

Padre Marcos de Lima, SDB
(Reg. 12.679/78)

Equipe de Programação:

Pe. Atico Fassini, MS
Pe. Cleto Caliman, SDB
Ir. Delir Brunelli, CF
Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI

Direção, Redação, Administração:

Rua Alcindo Guanabara, 24 — 4.º / Cinelândia / Tel.: (021) 240-7299 / 20031 RIO DE JANEIRO — RJ

Assinaturas para 1987

Brasil, taxa única:

terrestre ou aérea	Cz\$ 310,00
Exterior: marítima.....	US\$ 38,00
aérea	US\$ 48,00
Número avulso	Cz\$ 31,00

Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da CRB como tal.

Composição: Linolivro S/C Ltda., Rua Dr. Odilon Benévolo, 189 — Benfica — 20911 Rio de Janeiro, RJ.

Fotocomposição: Estúdio VM — Composições Gráficas, Ltda., Rua Escobar, 75, s. 202 — São Cristóvão — 20940 Rio de Janeiro, RJ.

Impressão: Oficinas Gráficas da Editora Vozes Ltda., Rua Frei Luís, 100 — Centro — 25685 Petrópolis, RJ.

Nossa capa

Uma seta como símbolo. A semiologia é o estudo dos sistemas não verbais com a finalidade de suplementar a comunicação verbal, escrita ou falada, e/ou exercê-la de modo independente. Está voltada, sobretudo, para os **signos** da cultura. O signo é um objeto material chamado **significante** e que não inte-

ressa por suas propriedades materiais mas como algo a que corresponde um investimento semântico, o **significado**. Das relações entre significante e significado, assim entendidos, sobleva uma variedade fundamental de signo, o **símbolo**, que opera por contigüidade instituída entre ambos, não obstante a recíproca heterogeneidade. Um dos significados culturais do signo-símbolo de nossa capa é este: **seta é o que anda com rapidez. Seta é o que mostra direção**. A partir desta perspectiva semiológica, **CONVERGÊNCIA** quer poder ser, em 1987, como nos anos anteriores, uma parte significativa do múltiplo sistema verbal escrito de comunicação da **Conferência dos Religiosos do Brasil** e, como sua linguagem simbólica, irreduzível, portanto, à materialidade do significante, ajudar na escolha da direção e da velocidade da Vida Religiosa daqueles que vivem e trabalham na Igreja do Brasil. **CONVERGÊNCIA**, como **SETA**, quer desfazer dúvidas. Orientar. Confirmar opções. Dar segurança. Fazer avançar. Acelerar na marcha. Apressar o futuro. Permanecer firme, a despeito da movimentação envolvente ao redor. Deus abençoe e confirme nossos propósitos (Pe. Marcos de Lima, SDB).

Registro na Divisão de Censura e Diversões Públicas do D.P.F. sob o n.º 1.714-P.209/73.

SUMÁRIO

EDITORIAL	385
INFORME DA CRB	387
REFLEXÃO SOBRE A AÇÃO PASTORAL DA IGREJA NO BRASIL Instituto Nacional de Pastoral	394
VATICANO II E A VIDA RELIGIOSA NO BRASIL. PISTAS LEVANTADAS PELO SÍNODO EXTRAORDINÁRIO DOS BISPOS EM 1985? Irmã Ivone Gebara	415
VIDA RELIGIOSA FEMININA: ROMPENDO O ANONIMATO Irmã Olímpia Gaio, FAP	423
O MENOR PROFETA? Pe. João Batista Libânio, SJ	437

EDITORIAL

Nesta festa da pátria o povo desfralda bem alto a bandeira da nação. Nela envoltos se erguem sonhos. Com ela aos quatro ventos tremulam utopias. Sua haste porém, afunda-se no duro chão da realidade cotidiana. A festa, ao inflar balões de patriótico ufanismo compensa bolsões de tristeza enorme que amarguram a vida do país.

É assim a festa do povo. Ele celebra o que conquistou. E celebra o que gostaria de conquistar. O ser e o querer ser.

A festa da pátria que o povo celebra sempre tem esse desejo de mais ser, de mais viver. Nela não se canta o passado só. Nela se antegoza o mais querer, aquilo que o futuro esconde como jovial surpresa, e que no presente é bloqueado com rudeza. Realidade e mito, canto e grito compõem o mosaico da festa. E a liberdade é seu condimento melhor. Essa liberdade que se possui e se goza, que se canta e espera. Difícil porém, de se construir na longa e dura história de sua gestação. É que nunca nasce por inteiro, toda feita. Ela cresce e amadurece. E toma conta da vida geral quando a gente consegue agarrá-la, fertilizando com ela a nação, trabalhando-a, dando-lhe feição de povo.

A pátria, no seu dia, vive essa festa. Mesmo em festa, não es-

quece que vive dias difíceis, de crise e decisão. Guarda viva a consciência de que seu destino está em jogo. Sabe que do jeito que está não pode continuar. Há muita dor entre as filhas e filhos de seu povo. A angústia da fome, do desemprego, da falta de moradia, do salário defasado, anda a par da exploração, da injustiça, da impunidade, da violência e da má administração pública.

A pátria viveu um dia de festa em meio a tempos de sobressaltos, de sustos e choques. Geme em dores de parto. Dele pode nascer o que não se deseja. Nisso está em jogo a perícia dos "notáveis" que a nação escolheu para lhe abrir, na Constituinte, os caminhos do futuro. Deles a pátria espera sensibilidade para com o sofrimento do povo, largueza de visão para a construção de um país adulto e livre, sabedoria para a definição de leis justas. Em sua festa a pátria deles exige que acima de tudo e para além de todo interesse pessoal, legítimo ou excuso e prepotente, instale o bem comum, na liberdade e justiça.

Por esse caminho o país se tornará terra de irmãos.

A festa será então, maior ainda.

CONVERGÊNCIA apresenta a seus leitores:

"REFLEXÃO SOBRE A AÇÃO PASTORAL DA IGREJA NO BRASIL". Trata-se de texto elaborado pelo INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL (INP), ligado à CNBB, em preparação à 25.^a Assembléia Geral da CNBB, realizada em Itaici, SP, de 22 de abril a 1.^o de maio de 1987. Foi enviado a todos os Bispos do Brasil, previamente à Assembléia, como subsídio, entre outros, de preparação a esse grande evento de nossa Igreja. É um estudo consistente e valioso, cuja leitura é indispensável para melhor compreensão da caminhada que a Igreja no Brasil, sob a orientação da CNBB, vem fazendo.

"VATICANO II E A VIDA RELIGIOSA NO BRASIL: pistas levantadas pelo Sínodo Extraordinário dos Bispos em 1985?", de Irmã IVONE GEBARA. A autora se limita à análise da questão em relação à Vida Religiosa no Brasil, especialmente a Vida Religiosa feminina. Deseja "tocar em alguns 'novos' problemas que fazem parte da atual etapa histórica em que vivemos, problemas que se constituem em interpelações para nossa vida religiosa hoje".

"VIDA RELIGIOSA FEMININA: rompendo o anonimato", de Irmã OLMÍPIA GAIO, FAP. "A mulher religiosa na Igreja pós-con-

ciliar, lenta mas firmemente, torna-se consciente do seu potencial, e começa fazer história. Demonstra sua fibra, audácia, perseverança e resistência." É o que afirma Irmã Olímpia, na abertura de suas reflexões. Reflexões feitas a partir de significativo número de pessoas que deram sua colaboração para tanto, através de depoimentos pessoais. Assim Irmã Olímpia vai compondo o perfil da Vida Religiosa feminina no Brasil, nos últimos vinte anos.

"O MENOR PROFETA? Sobre o tema da Campanha da Fraternidade de 1987". Trata-se de palestra proferida na Semana Ecumênica do Menor, em São Paulo, no início de outubro de 1986. Nela, Pe. JOÃO BATISTA LIBÂNIO, SJ, seu autor, aborda o tema pelo ângulo do grito profético e ético que o menor carente lança. CONVERGÊNCIA retoma esse assunto para propiciar aos Religiosos e Religiosas uma avaliação, a certa distância, daquilo que foi essa mesma Campanha da Fraternidade. O texto, extraído de gravação magneto-fônica, foi revisado pelo autor. Dada a estrutura de palestra que possui, mantém vivo seu sabor coloquial e questionador.

Pe. Atico Fassini, MS

UTOPIA. Etimologicamente: um nenhum lugar, uma ilha e um país imaginários. Na realidade: uma aspiração que ultrapassa quem a formulou e o tempo imediato, para se tornar uma aspiração de muitos e se manter num tempo sem fim (Pe. Marcos de Lima, SDB).

I N F O R M E

CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL

OBJETIVO GERAL DA AÇÃO PASTORAL DA IGREJA NO BRASIL

A 25ª Assembléia Geral da CNBB, realizada em Itaici, SP, de 22 de abril a 1º de maio de 1987, estabeleceu o seguinte OBJETIVO da ação pastoral da Igreja no Brasil: "Evangelizar o povo brasileiro em processo de transformação social, econômica, política e cultural, anunciando a plena verdade sobre Jesus Cristo, a Igreja e o homem, à luz da evangélica opção preferencial pelos pobres, pela libertação integral do homem, numa crescente participação e comunhão, visando formar o Povo de Deus e participar da construção de uma sociedade justa e fraterna, sinal do Reino definitivo".

RELACIONAMENTO ENTRE A CNBB E A CRB

Na mesma Assembléia Geral da CNBB, Dom IVO LORSCHETER, ao apresentar seu RELATÓRIO como Presidente cessante da CNBB, teceu comentários muito calorosos ao relacionamento entre CNBB e CRB: "Parece-me uma questão de justiça dedicar aqui um parágrafo especial ao excelente relacionamento e espírito de abertura e

cooperação demonstrados sempre pela CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL. Ouso dizer que temos aqui uma das mais belas e eficazes manifestações de Comunhão Eclesial, pela qual diversos outros Países já exprimiram uma certa santa inveja. Esta comunhão se cultiva através da ação do Bispo responsável pelos Religiosos na CEP, através de periódicas reuniões de conjunto da Presidência da CNBB e da Diretoria da CRB, através de programas comuns e através da presença recíproca em assembleias e reuniões das duas Entidades. Não seria demais pensar em tomar como tema central de uma das nossas Assembleias a Vida e a Missão dos Religiosos".

CONVERGÊNCIA quer aqui agradecer a Dom IVO por estas palavras, e a todos os membros da Direção da CNBB que encerrou seu mandato em 1987, pelos inúmeros gestos e manifestações de apreço e simpatia aos Religiosos e Religiosas do Brasil, em particular pela CRB.

À Direção da CNBB que na 25ª Assembléia assumiu uma imensa tarefa, a CRB, unida a todos os Religiosos e Religiosas do Brasil que representa, apresenta suas saudações e preces, no desejo de prosseguir na comunhão e participação da caminhada da Igreja no Brasil.

ESTATUTOS DA CRB NACIONAL SÃO APROVADOS

DECRETO

Prot. n. AG. 194-2/87

A Congregação para os Religiosos e Institutos seculares, à qual compete a promoção da renovação e do incremento da vida consagrada, está encarregada de erigir as Conferências dos Superiores Maiores e de servir-se de sua colaboração no modo mais adequado, cf. Constituição Apostólica "Regimini Ecclesiae Universae", n. 73 § 5.

De fato, ela apóia com grande interesse tais organismos, para que mais eficazmente possam conseguir os objetivos que lhes foram propostos pelo Concílio Vaticano II (cf. "Perfectae Caritatis" n. 23) e ratificados pelo novo Código de Direito Canônico (can. 708).

A Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) pede portanto a este Dicasterio ulterior confirmação de seus Estatutos aprovados em precedência e agora modificados para adequá-los melhor às atuais exigências e circunstâncias.

Após atento exame do novo texto, esta Congregação, considerada a particular situação do Brasil, concede, excepcionalmente, que o Presidente possa ser eleito também entre os ex-Superiores Maiores.

Portanto, com o presente Decreto, confirma por outros nove anos os Estatutos apresentados, segundo os quais, além das normas do Direito universal, a Conferência continuará a reger-se. Terminado o prazo, os mesmos Esta-

tutos deverão ser novamente submetidos a esta Congregação para a sucessiva confirmação.

Dado em Roma, 8 de abril de 1987.

Jerôme Card. Hamer OP — Pres.
+ Vincentius Fagiolo — Secret.

A CONSTITUINTE E A EDUCAÇÃO

Carta aos Srs. Bispos, Superiores Maiores, Reitores e Diretores

Brasília, 27 de maio de 1987.

SE — nº 684/87

Estimados Srs. (Arce) Bispos, Superiores Maiores, Reitores e Diretores(as):

Na reunião da CEP, de 26 a 28 de maio, tivemos oportunidade de analisar o anteprojeto constitucional aprovado pela Subcomissão de Educação e encaminhado à Comissão Temática, que dispõe de 45 dias para aprovar, rejeitar ou emendar o texto.

O anteprojeto apresenta avanços e aspectos positivos inegáveis, muitos dos quais coincidem com as propostas encaminhadas pela CNBB, pela AEC e pela ABESC. Entre estes podemos citar o art. 6º que considera o ensino religioso como disciplina de matrícula facultativa nas escolas oficiais; o parágrafo único do art. 3º que considera a educação obrigatória e gratuita como direito público subjetivo acionável contra o Estado mediante mandado de injunção; o inciso 2º do art. 2º estabelecendo o princípio do pluralismo de idéias e de instituições de ensino, públicas e privadas; a garantia assegurada às Nações indígenas de escolarização

nas línguas portuguesa e materna (artigo 4º), o percentual destinado ao ensino (art. 11); os incentivos fiscais (art. 13), etc.

No momento, consideramos ser extremamente urgente alertar todos os setores responsáveis pela educação na Igreja Católica e em outras Igrejas e confissões religiosas para O SÉRIO PERIGO IMPLICADO NO ART. 7º DESTE ANTEPROJETO, cujo teor é o seguinte: "O ensino é livre à iniciativa privada observadas as disposições legais, sendo proibido o repasse de verbas públicas para a criação e manutenção de entidades de ensino particular".

Se este artigo for incluído na Constituição, as Universidades e escolas católicas de nível superior estarão sendo condenadas a desaparecer ou, ao menos, a renunciar drasticamente à pesquisa e ao nível de qualidade que até hoje mantiveram; estará sendo decretada a morte, a curto prazo de inúmeras escolas de 1º e 2º graus no interior e nas periferias urbanas que recebem bolsas de estudo, cedência de professores, recursos do salário-educação ou mantêm convênios com o Estado; as demais escolas católicas ou confessionais estarão sendo condenadas a uma progressiva eletização, num sistema de livre mercado da educação.

Na Subcomissão de Educação, apenas três parlamentares (João Calmon, Bezerra de Melo e Antônio de Jesus) votaram contra este dispositivo que tinha sido apresentado como emenda por vários deputados. Os outros quinze membros da Subcomissão aprovaram este texto após acalorado debate que culminou num "acordo de cavalheiros" pelo qual se comprometiam a tentar

incluir na próxima etapa da Constituinte alguma cláusula, entre as disposições transitórias, a respeito das escolas de fins beneficentes e das PUCs/ou Universidades comunitárias.

Convém notar, no entanto, que houve apenas um acordo "verbal" entre os Constituintes da Subcomissão e que esse "acordo verbal" diz respeito somente a alguma disposição transitória (por alguns anos), que apenas adiará temporariamente a execução da "sentença".

Diante desta perspectiva, é preciso que todos quantos acreditam que a escola confessional tem sentido e não querem vê-la desaparecer ou existir apenas para uma elite privilegiada, SE DISPONHAM A AGIR INTENSAMENTE E COM URGÊNCIA para impedir que isso aconteça.

Três tipos de atuação são exigidos neste momento:

1. Contatar pessoalmente, no mais curto prazo de tempo possível, os Constituintes dos próprios Estados (Cfr. lista anexa) alertando-os das graves consequências para a educação brasileira, caso o art. 7º seja incluído na Constituição como está apresentado neste anteprojeto.

2. Dinamizar a coleta de assinaturas, nos abaixo-assinados, já enviados a todas as Dioceses e Seções da AEC e ABESC.

3. Utilizar todos os meios de comunicação a seu alcance para tentar esclarecer a opinião pública a respeito dos valores que estão em jogo.

Na certeza de que todos faremos da nossa parte o esforço exigido neste mo-

mento crítico para o futuro da educação e do Brasil, ficamos à inteira disposição,

em comunhão de orações.

D. Serafim Fernandes de Araújo
Bispo da CEP — Setor Educação

Pe. Agostinho Castejón Garcia
Presidente da AEC/BR

Pe. Waldemar Martins
Presidente da ABESC

Ir. Claudino Falquetto
Presidente da CRB

CERNE XXXIV

Brasília, centro de tantas decisões políticas, Capital da Promessa e da Esperança, sediou o XXXIV CERNE.

A casa de Retiros Assunção, como em 1984, acolheu os religiosos que tudo deixaram para, juntos num período de 47 dias — no silêncio e na oração, na busca-em-comum e na partilha, no estudo e na reflexão — aprofundar sua consagração religiosa e retomar sua vida de oração.

Era o dia 23 de fevereiro. Após a Celebração Eucarística, presidida por Frei Felisberto C. de Oliveira, O. Carm, Presidente da CRB Regional de Brasília e concelebrada por Pe. Ático Fassini, MS e Frei Ênio Bernardi, OFM Cap, os cernistas se dirigiram à Sala de Reuniões. Lá, Ir. Claudino Falquetto, FMS Presidente da CRB Nacional, deu as boas-vindas a todos os presentes e, abrindo a XXXIV sessão do Centro de Renovação Espiritual, desejou-lhes um feliz tempo de conversão e de novo ânimo na caminhada pessoal de cada

um para o bem da Vida Religiosa do Brasil.

Ir. Alfredo Pasqual Crestani, FMS que, em 1986, dirigira o CERNE esteve presente nas duas primeiras semanas, ministrando aulas de Psicologia da Vida Religiosa. Desde 15 de abril se encontra em Roma, à testa da Comunidade Religiosa do Colégio Internacional dos Irmãos Maristas.

Ir. Therezinha Cavichi, PGap que nos últimos 3 anos esteve à frente do CERNE com o Ir. Alfredo, permaneceu durante toda a sessão e, com sua presença, palavra e entusiasmo, assessorou os novos diretores. Hoje, realiza um trabalho mais intenso junto às Irmãs de sua Província e Congregação.

A ambos, o agradecimento e a admiração de todos os que estivemos reunidos na casa das carinhosas e serviçais Irmãs da Assunção. Desejamos-lhes bom trabalho, lá onde o Senhor os enviou.

Como em todo processo há etapas, cremos que neste CERNE aconteceram, aos poucos, muitas maravilhas humano-divinas. Objetivos claros e precisos; trabalho conjugado da coordenação, professores, orientadores e participantes; avaliação periódica e sincera; a confiança de todos e a graça de Deus: BONS FRUTOS.

Foram 7 semanas de cultivo pessoal e crescimento comunitário. Foram 7 semanas de morte e ressurreição. Foram 7 semanas de lágrimas e sorrisos. E para isso, todos colaboraram.

De grande valia, os 6 pequenos grupos de vivência que se reuniam duas vezes semanais e os orientadores espirituais que assessoraram cada um dos

membros de suas respectivas equipes, especialmente em sua vida de oração. Aos religiosos que prestaram esse serviço com tanta disponibilidade e à CRB Regional, na pessoa da Ir. Maria Luiza, nossos agradecimentos, pela presença e colaboração.

Salientamos também a Liturgia das Horas e as Celebrações Eucarísticas que, carinhosamente preparadas, eram gritos jubilosos de louvor e agradecimento ao Senhor.

Momentos de lazer diário, horas de recreação semanal, bem como o passeio do grupo à chácara das Irmãs Dominicanas, favoreceram a todos um conhecimento maior dos gostos, habilidades e interesses de cada um, assim como o convívio fraterno, alegre e descontraído.

O conteúdo ministrado por conferencistas, religiosos todos e com larga experiência em sessões anteriores, foi do agrado de todos e serviu para posteriores reflexões, posicionamentos vitais e libertadores, bem como foi motivação para as celebrações diárias. Aulas, trabalhos em grupo, plenários, apostilas e subsídios esclareceram e alimentaram as mentes e os corações dos cernistas sedentos da verdade e da paz interior.

As entrevistas, a oração pessoal, o dia de deserto e principalmente, no final, o retiro dirigido de 8 dias constituíram-se em constantes apelos amorosos do Deus Único, Vivo e Verdadeiro.

Dia 10 de abril, na presença de Ir. Claudino foi encerrada a XXXIV Sessão do CERNE com a Celebração da Eucaristia. Na ocasião, foram entregues Certificados aos concluintes: 47 Reli-

giosos de 35 Congregações, sendo 1 sacerdote, 2 Irmãos e 44 Irmãs. Oriundos de 16 estados e do Distrito Federal, tiveram a simpatia e a amizade de uma religiosa de Portugal que, não podendo permanecer mais tempo no Brasil, por motivos burocráticos, teve de interromper o CERNE.

A alegria transbordante, a satisfação de mais uma etapa vencida, a esperança de novos dias, a certeza de presença do Senhor e da proteção da Virgem Maria, eram constantes notáveis nos semblantes de todos naquela hora em que, mais uma vez, se sentiram enviados às suas Comunidades Religiosas e às Igrejas Locais.

Deus seja louvado!

Irmã Maria de Lurdes Gascho, CF
Irmão Jorge Moreira Ribas, FMS

MISSIONÁRIAS DE SANTO ANTÔNIO MARIA CLARET

A Congregação das Missionárias de Santo Antônio Maria Claret, fundada em Londrina (Paraná, Brasil), a 19 de março de 1958, pela Madre Leônia Milito e Dom Geraldo Fernandes, Arcebispo de Londrina, surgiu para responder ao apelo de Cristo e da Igreja na propagação da Boa Nova e no serviço dos Irmãos em especial dos mais humildes e dos mais pobres. O espírito da Congregação encontra seu fundamento no Carisma Missionário, numa profunda devoção à Eucaristia, que é o segredo da sua vitalidade, e na imitação do zelo apostólico de Santo Antônio Maria Claret.

O Instituto obteve o Decreto de Louvor a 31 de maio de 1967.

Aos 19 de janeiro de 1987 abriu-se no Brasil o seu V Capítulo Geral para aprofundar o tema: "Fidelidade ao Carisma hoje", e para eleger a Superiora Geral e seu Conselho.

Nas votações decorridas foi confirmada no cargo, para mais um período de seis anos, a Superiora Geral Madre Tarcísia Gravina. Como conselheiras foram eleitas: Ir. Lídia Stasi (Vigária Geral); Ir. Aparecida de Lourdes Arado, área da Vida Religiosa; Ir. Ana Bruscatto, área da Formação; Ir. Iracema Rosa, área de Missão; Ir. Aparecida Herreiro, Secretária, e Ir. Seleide dos Santos, Econômica.

Irmã Aparecida Herreiro
Secretária

IRMÃS DA DIVINA VONTADE: 25 ANOS DE BRASIL

A Congregação das Irmãs da Divina Vontade, de fundação italiana, celebra neste ano o "jubileu de prata" de sua presença no Brasil, onde as primeiras Irmãs chegaram aos 21 de junho de 1962. Vieram respondendo a um apelo do Papa João XXIII que convidava a repartir as forças religiosas na América Latina.

Atualmente formam uma Região composta de 11 comunidades, espalhadas nos Estados de S. Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Mato Grosso, Paraná, Bahia e mais três comunidades no Equador.

Na disponibilidade à Vontade de Deus, que procuram discernir através da realidade e dos apelos da Igreja e do mundo, no abandono confiante em suas mãos de Pai, as Irmãs colocam toda sua vida a serviço do Plano de amor e salvação que Ele tem sobre todos os homens.

Inseridas nos meios populares, nas comunidades eclesiais e em obras sociais, dedicam-se à promoção, assistência e evangelização dos que mais sofrem; colaboram com quantos trabalham em defesa e para a libertação dos pobres e oprimidos.

Convidam todos os religiosos a associar-se a elas na "ação de graças" a Deus para estes 25 anos de vida aqui no Brasil onde tanto amor foi dado e recebido.

Ir. Flória Alessi
Superiora Regional

IRMÃS FRANCISCANAS MISSIONÁRIAS DE MARIA AUXILIADORA

Da fecundidade do espírito evangélico de São Francisco nasceu a grande família franciscana. A ela pertence a Congregação das Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora, cuja fundadora é MADRE MARIA BERNARDA BÜTLER, que iniciou sua vida religiosa no mosteiro de Maria Hilff, de Aistæten, Suíça.

A notícia das urgentes necessidades evangelizadoras na América Latina, despertou em Bernarda o espírito missionário. Uniu-se a ela um grupo de seis Irmãs, dispostas a deixar sua terra natal para trabalhar nas Missões.

A 19 de junho de 1888 partem para Chone — Equador — onde iniciam seu trabalho missionário entre os pobres. Quando, no ano de 1895, irrompe a revolução no Equador, partem para Cartagena das Índias (Colômbia).

Em 1911, as Irmãs chegaram ao BRASIL, iniciando sua missão em Óbidos (Pará). Hoje, são em número de 800 Irmãs na Congregação, distribuídas em cinco Províncias, sendo duas na Colômbia, uma na Áustria e duas no Brasil. Aqui, a Congregação se faz presente nos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Goiás, Amazonas, Rio Grande do Norte e Paraíba. A sede Geral da Congregação está em Bogotá-Colômbia.

Ser OPERÁRIA DO REINO foi o motivo forte que levou Madre Bernarda, como Abraão, a renunciar a sua Pátria para entregar-se à expansão do Reino de Deus. Seu grande amor aos pobres a fez exclamar, dirigindo-se às suas irmãs: "Filhas muito amadas, suplico-vos, insisto: abri vossas casas para atender à promoção dos pobres e necessitados. Oxalá os pobres se aproximem confiantes de vossas portas! Chamai-os,

animai-os, e, inspiradas por um mesmo ideal e obrigadas por um mesmo amor, antepõe a promoção da humanidade indigente a qualquer outro trabalho. Como filhas da Igreja, fazei vossas, suas alegrias e suas penas. Queremos ser missionárias com alma, vida e coração, dispostas a dar cumprimento a qualquer exigência compatível com vossa vocação religiosa."

Hoje, a congregação, atenta aos apelos da Igreja e da realidade, busca ser fiel ao Carisma inicial: "Vivendo em fraternidade, seguir a Cristo pobre, humilde e crucificado, anunciando aos pobres a Boa Nova do Reino, mediante o exercício das obras de misericórdia."

Nossa missão abrange os mais diversos campos de apostolado, dando preferência às áreas carentes e pessoas marginalizadas, inspirando-se sempre no exemplo da fundadora e nas palavras de Jesus: "Em verdade vos digo: tudo o que fizerdes a um destes meus irmãos mais pequeninos, a mim é que o tendes feito."

Irmã Maria Presotto
Superiora Provincial

Confiança e entrega

Quando vos invadir o pavor da morte, Salmo 54, 5; quando o coração for mortalmente ferido, Salmo 108, 22, "não se perturbe o nosso coração", Jo 14, 1. União e comunhão com Cristo. Ele venceu o mundo, Jo 16,33, isto é, toda a realidade do mal que nos envolve. O que deve animar toda a nossa oração, o que deve povoar a solidão de nossos sofrimentos, a angústia de nossas lutas e o abandono de nossa morte é o amor e a fidelidade ao Pai e do Pai, a confiança na sua bondade (Pe. Marcos de Lima, SDB).

REFLEXÃO SOBRE A AÇÃO PASTORAL DA IGREJA NO BRASIL

O que dificulta o encontro das pessoas com a fé cristã?

A linguagem que falamos é a linguagem do povo?

A fé cristã é uma experiência atual?

Ou é uma imposição da cultura tradicional, em declínio?

INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL

Brasília, DF

O Instituto Nacional de Pastoral (INP) foi solicitado pela Secretaria Geral da CNBB a preparar um subsídio para a elaboração das Novas Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil. O subsídio deveria oferecer uma visão, em linhas essenciais, da dinâmica da sociedade brasileira na atual conjuntura, ajudando a discernir os problemas pastorais que devem receber maior atenção no próximo quadriênio (1987-1990), período que será abrangido pelas Diretrizes que hão de inspirar o novo plano de pastoral da CNBB.

Atendendo a esta solicitação, o INP convocou um grupo de reflexão e trabalho, constituído pelo Conselho Diretor do INP e alguns convidados. O grupo reuniu-se em Brasília, na sede da CNBB, nos dias 6, 7 e 8 de fevereiro.

Os integrantes do grupo foram previamente solicitados a levar ao encontro sua contribuição pessoal,

mesmo na forma de simples esquemas ou notas.

Partindo desse material prévio, o grupo, num primeiro momento, refletiu amplamente sobre a temática proposta. Foi então elaborado um roteiro de trabalho, que passou a ser desenvolvido e discutido pelos presentes, até se chegar à redação do texto atual.

A estrutura geral do texto é simples. A *primeira parte* quer apresentar uma visão das atuais transformações sócio-culturais pelas quais passa a sociedade brasileira. A *segunda* busca um aprofundamento das questões teológicas que o atual momento eclesial torna mais prementes. A *terceira*, de caráter mais prático, apresenta algumas pistas e critérios para a elaboração de Diretrizes Pastorais. O texto tem, portanto, um caráter de análise de conjuntura e de prospectiva, e constitui apenas um *subsídio*. Não tem a

pretensão de ser um texto completo, mas de apontar algumas questões relevantes. Apesar dos seus limites, devidos também ao curto prazo de tempo disponível para elaboração (3 dias), o texto constitui o produto de um grupo, portanto, partindo sempre da discussão e do

confronto, o que lhe confere uma dimensão maior de realismo.

Seu Objetivo, como ficou dito antes, é constituir uma ajuda, na linha de reflexão teológico-pastoral, para aqueles que irão assumir a tarefa de elaborar as novas Diretrizes da Ação Pastoral da Igreja no Brasil.

I. TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-CULTURAIS: CONJUNTURA E PROSPECTIVAS

Nessa primeira parte lançaremos um olhar retrospectivo sobre o período mais recente de nossa história, visando detectar as mudanças ocorridas na conjuntura cultural e sócio-econômica. Buscaremos também detectar tendências para o próximo futuro; teremos sempre, como pano de fundo, uma visão estrutural dessa mesma realidade.

1. Mudanças Culturais

Apresentam-se aqui alguns aspectos culturais que, por sua particular incidência sobre a tarefa evangelizadora da Igreja, parecem merecer uma atenção especial.

Duas tendências de fundo parecem sobressair nas mudanças culturais do Brasil, especificamente no seu ethos cultural, nos últimos anos.

1.1. Uma é a expansão da mentalidade individualista e utilitarista, em oposição a uma mentalidade de solidariedade e gratuidade. Toma-se aqui o conceito de mentalidade como referido mais às atitudes dos indivíduos, em oposição à ideologia, que diz mais respeito a atitudes coletivas. A marca individualista da

mentalidade, hoje cada vez mais dominante, é alimentada e instigada pela sociedade consumista e pelos interesses que a sustentam e por uma ética do prazer e do hedonismo, que apontam para uma cultura de cunho narcisista. Esse individualismo, como atitude pessoal, enquadra-se no contexto filosófico mais amplo do liberalismo, que se expandiu no mundo ocidental a partir do século XIX.

A expansão do individualismo, contudo, encontra resistência nos valores tradicionais da cultura brasileira, especialmente no meio popular; constata-se também a tendência à partilha, à acolhida das pessoas, à solidariedade. Esta resistência ao individualismo não apenas se alimenta em formas tradicionais de religiosidade e convivência de caráter mais comunitário, mas também tem voltado a ganhar espaço e incentivo através de novas formas de co-participação, entre-ajuda e vivência. Há ainda uma volta à natureza e a formas mais simples de vida, em resposta à saturação provocada em muitos pelo hedonismo consumista. Em nível de Igreja, os

pequenos grupos de oração e vida, em especial as CEBs, constituem um espaço de experiência da gratuidade e de solidariedade.

1.2. Outra tendência, associada ao racionalismo, é o avanço de uma civilização não-religiosa, secularizada, que se caracteriza pela rejeição de toda forma do sagrado histórico, pelo abandono progressivo da legitimação religiosa do político — um processo não concluído no Brasil — e pela laicização da cultura. Esta civilização não-religiosa sucede a uma fase mais agressiva de contestação religiosa, de crítica à religião e a suas expressões institucionais. Na civilização não-religiosa, processo originado na Europa, mas que se foi difundindo no mundo, as questões religiosas se tornam cada vez menos relevantes, passam para um segundo plano, até desaparecerem do campo das questões com sentido.

Também a esta tendência se contrapõe outra, uma tendência de volta ao sagrado. Contudo, esse novo sagrado não é idêntico ao tradicional, mas se revela como um sagrado compensador de frustrações e submetido à mentalidade individualista, privatizante.

1.3. Em conexão com essas tendências intensificou-se o processo de difusão da cultura urbana a toda a sociedade brasileira. Não se trata apenas de transferência da população rural para as cidades e da urbanização de áreas anteriormente rurais, mas também da difusão de modos de pensar, de valores dos meios de comunicação social, os jornais, as revistas, o rádio e a televisão.

Os processos de urbanização e difusão do modo de vida urbano vem, sem dúvida, reforçar as tendências ao individualismo e a uma certa secularização da vida, acima apontados como relevantes em nossa conjuntura.

2. Mudanças Sociais e Políticas

2.1. Nossa conjuntura sócio-política deve ser lida e compreendida sobre o pano de fundo das realidades estruturais, mais profundas e permanentes, do modelo econômico-social vigente em nosso país. Esse modelo, em breves traços, é uma expressão histórica do sistema de economia de mercado, de um capitalismo ainda selvagem, caracterizado essencialmente pelo predomínio do capital sobre o trabalho e sobre todo o conjunto da economia através da apropriação privada do capital e dos lucros. Nossa economia é fortemente dependente do exterior, do capital multinacional e dos grandes mercados e centros de decisão. Socialmente somos um país de grandes desigualdades e oposições entre classes sociais, sendo frágil nossa democracia política, vulnerável à corrupção, com traços autoritários e elitizantes e um sistema partidário amorfo e inautêntico. O Estado brasileiro é dominado pelos interesses das classes possuidoras, com poderosa presença na economia através das estatais e carregando uma pesada herança de paternalismo e ineficiência burocrática.

2.2. Dentro deste quadro mais abrangente vivemos nestes últimos anos a experiência de uma transição democrática, de um regime autoritário para outro, mais democrá-

tico, um regime que busca definir seus rumos, através de uma Assembléia Constituinte.

Os últimos anos foram assim marcados por mudanças significativas que apontam, em alguns casos, para novas mudanças em gestação.

2.3. No campo da conjuntura econômica, a tua fase de recessão e desemprego (1981-84), seguiu-se uma nova expansão da produção e do consumo (1985-86) e a euforia do Plano Cruzado (1986). A derrota do Plano Cruzado começou a delinear-se no 2.º semestre de 1986 completando-se em fevereiro de 1987, com a volta de altas taxas de inflação e da ciranda financeira, o aumento geral de preços e uma elevação vertiginosa dos juros. Em fevereiro se previa uma taxa de inflação de 300 a 400% para todo o ano de 1987. Volta a desenhar-se o fantasma da estagnação, da recessão e do desemprego. A perversidade desse processo se revela pela exploração selvagem do trabalho, um traço estrutural do nosso modelo capitalista, sendo os salários o último item a ser reajustado, e em proporção inferior à inflação real. Bem antes, o capital recompôs os seus lucros, ameaçados por alguns meses pelo congelamento dos preços. O sonho do Plano Cruzado I acabou; ficou um sabor de desencanto e traição de confiança com as medidas decretadas pelo Cruzado II, seis dias após a votação maciça do povo no governo, em apoio às esperanças suscitadas pela reforma econômica; ficou o sentimento de descontrole e de incerteza geral sobre o próximo futuro.

O governo tentou, em vários momentos, negociar um pacto social, entre empresários e trabalhadores. O pacto mostrou-se inviável: não houve conciliação entre as partes, porque os interesses se revelaram contraditórios. Os empresários não estavam dispostos a abrir mão de parte dos seus lucros; nem os operários concordaram em ter que consentir em um acordo que lesava profundamente alguns direitos fundamentais seus, como a justa remuneração e o direito de greve. A falta de um pacto social efetivamente negociado com o trabalhador faz prever a recrudescência da mobilização popular e dos movimentos grevistas.

A presença continuada das empresas multinacionais no Brasil, especialmente nos setores mais lucrativos e em áreas de tecnologia de ponta, reforça nossa dependência em relação ao grande capital e o risco da evasão de recursos nacionais pelo descontrole na remessa de lucros para o exterior. Enormes pressões vem sendo exercidas do exterior sobre alguns setores, protegidos pelo governo, através de leis que visam a defesa da indústria nacional, como é caso da lei da informática.

2.4. No campo social, alguns avanços na distribuição da renda — como foi o aumento da massa salarial com o Plano Cruzado — foram rapidamente eliminados pela volta da inflação e do descontrole geral dos preços.

A constatação da existência de uma imensa pobreza, ao lado de minorias ricas e cada vez mais ri-

cas no país, constitui-se num escândalo injustificável e de conseqüências imprevisíveis. Segundo pesquisa realizada (Brasil — 2000, Hélio Jaguaribe), existiam, em abril de 1986, 38 milhões de brasileiros em estado de miséria absoluta (com renda familiar igual ou inferior a um salário mínimo) e 32 milhões em estado de pobreza (com renda familiar entre um e dois salários mínimos). De acordo com a mesma fonte, o Brasil situa-se como 8.^a economia no mundo, mas apresenta indicadores sociais comparáveis aos países mais pobres, com uma das piores distribuições de renda do mundo.

Voltou a agravar-se o problema da violência, com o surgimento de novas formas de violência tanto urbana como rural, causado pelos desajustes sociais e, mais profundamente, pela resistência das classes dominantes às mudanças sociais necessárias, até mesmo a reformas tímidas como foi o 1.^o Plano Nacional de Reforma Agrária e a tentativa de uma reforma urbana (relocação do solo urbano). As resistências maiores se dão com relação a mudanças significativas no campo econômico, e não tanto às reformas no campo político institucional (estas são mais facilmente concedidas e habilmente controladas pelos grupos no poder).

A frustração do plano de estabilização econômica e a insegurança crescente dos cidadãos contribuiu para uma sensação geral de desalento e para o esvaziamento do conceito de cidadania. A corrupção continua a ser praticada de forma

pública e com requintes de cinismo. Pouca coisa mudou nos nossos velhos hábitos políticos: o empreguismo, o nepotismo (favorecimento de parentes), o fisiologismo (a troca interesseira de filiação partidária), o uso privado de coisa pública, os desmandos administrativos, com impunidade assegurada aos implicados. A frustração popular se acentua com a perda de confiança do povo nas ações do governo e especialmente da polícia, podendo desembocar em duas formas opostas de reação: o desencanto e a apatia política ou então a adoção de soluções extremistas e a prática de fazer justiça com as próprias mãos.

2.5. No campo político, as eleições de novembro de 1986 resultaram em ampla vitória de um Partido, o PMDB, que elegeu 22 dos 23 governadores e fez maioria absoluta na Assembléia Nacional Constituinte (detém 307 dos 559 votos, ou 54,9% do total). O processo eleitoral revelou a fragilidade da estrutura partidária com uma campanha marcada pela pobreza de debates e propostas programáticas, influência do poder econômico e a prática do adesismo oportunista. Chamou atenção a baixa votação alcançada pelos partidos de esquerda, embora não seja desconhecido o crescimento das tendências, de vários matizes, no bojo dos partidos. O movimento popular firmou-se como um importante meio de participação do povo, em certo sentido um canal mais autêntico que os próprios partidos, cuja importância, no entanto, não deve ser subestimada. Tanto o movimento popular como outros segmentos da sociedade, alguns muito

poderosos, organizaram o seu "lobby" para pressionarem a Constituinte em favor das próprias teses.

Entre as táticas políticas usadas pelo governo da chamada "Nova República" ressalta a tendência ao uso de vários elementos do discurso e da prática social da Igreja ("opção pelos pobres"), esvaziados de parte de seu conteúdo; e a cooptação de bandeiras levantadas pelo movimento popular, descaracterizadas em seu sentido e alcance originais (como foi o caso da bandeira da "Constituinte exclusiva").

2.6. O campo externo vem complicar todo o processo de recuperação econômica e crescimento do país. Aumenta constantemente nossa dívida externa, hoje em volta de US\$ 110 bilhões e acentuam-se as dificuldades de renegociá-la e de obter novos recursos indispensáveis para evitar a recessão. Cresce também a consciência, entre o povo brasileiro, de que parte dessa dívida (que muitos consideram impagável) resulta de agiotagem internacional (cobrança de juros excessivos pelos bancos credores), e da irresponsabilidade de governos anteriores. Buscam-se saídas negociadas, que levem à reversão do quadro de dependência com dominação e exploração em que nos encontramos presos. Há cada vez maior consciência de que essas saídas não devem sacrificar a dignidade das pessoas da nação, na linha do documento da Comissão Pontifícia Justiça e Paz sobre a questão ética da dívida externa. Aumenta também a consciência de que há necessidade de buscar e ampliar a soli-

dariedade entre as nações pobres e em desenvolvimento, em nível latino-americano e mundial, e mesmo a necessidade de apoio junto a segmentos das nações desenvolvidas, também junto a Igrejas do primeiro mundo.

Setores da sociedade procuram justificar a presença do Brasil no campo da produção e venda de armamentos a outros países, também a nações em guerra, por considerarem a questão como sendo um assunto apenas de caráter econômico e político, sem implicações éticas. A busca da paz entre as nações e a luta contra a corrida armamentista é aspiração e proposta de grande ressonância nos meios mais conscientes da nossa sociedade.

2.7. Esse quadro conjuntural aponta para causas estruturais do sofrimento e da marginalização desses milhões de cidadãos e de suas famílias. O reformismo mostra-se cada vez mais incapaz e inadequado para estabelecer o domínio da justiça social profundamente lesada. O país necessita de mudanças estruturais, necessidade que não dispensa a realização imediata de reformas profundas que não só contribuam para a diminuição das injustiças sociais e ampliação do bem-estar do povo, mas preparem o caminho para as transformações maiores que tantos esperam.

3. Meios de Comunicação Social

Nesse quadro de mudanças sócio-culturais, merece especial destaque o papel dos meios de comunicação social, em particular, rádio e televisão. Através de mensagens explícitas

ou subliminares, os CMS influenciam significativamente no comportamento individual e grupal.

3.1. A divulgação de reclames comerciais chega a ser considerada como o eixo central da economia, por criar necessidades que provocam o consumo e desenvolvem a produção. O estímulo ao consumismo aparece, assim, como a mola que dinamiza a economia nacional.

Além disso, os MCS são instrumentalizados para manter a ilusão capitalista de um mundo de bem-estar, escondendo as contradições, oferecendo gratificações simbólicas e cultivando no público a falsa impressão de ser o elo mais importante da corrente.

3.2. Por outro lado, o controle dos MCS e da informação, seja por parte do governo ou de interesses privados, permite o uso arbitrário desses meios e dá lugar à manipulação, de acordo com interesses setoriais. Assim, por exemplo, a maioria dos católicos recebe informações sobre a Igreja, suas posições e seus documentos, através da versão limitada — e por vezes distorcida — que oferecem os MCS. A mensagem de Igreja que não se coaduna com tais interesses é literalmente alijada das emissoras e da grande imprensa.

3.3. As eventuais concessões de horários especiais para programação religiosa, geralmente em momentos de reduzida audiência, implicam em acordos mais ou menos explícitos, que não permitem desvendar abertamente as contradições que incidem na vida do povo.

Grandes revistas e a TV, principalmente, abrem espaços a programações estrangeiras ou “enlatados”, provocando a alienação cultural. Ensinam erros e reproduzem fatos que incidem na ética familiar, apresentando como norma certas decisões subjetivas arbitrárias.

Por outro lado, cresceu consideravelmente o uso dos MCS por parte das chamadas “novas religiões”, configurando o que já se convencionou classificar como “Igreja eletrônica”. Estas mensagens frequentemente exploram os sentimentos da fé do povo e concorrem para a manutenção da alienação propondo a busca de soluções mágicas.

3.4. Diante desta realidade complexa, a Igreja experimenta, por vezes, uma difusa perplexidade: Deveria ela aproveitar todas as brechas existentes e até oferecidas, mesmo com o risco de ser cooptada ou de justificar, ainda que subliminarmente, toda a programação veiculada? Serão os meios alternativos, mais acessíveis à Igreja, capazes de fazer frente à avalanche dos grandes meios? De que modo poderia a Igreja fazer chegar aos comunicadores uma informação mais correta e objetiva sobre assuntos de religião e sobre as posições assumidas pela própria Igreja? Como melhorar a formação cristã dos próprios formadores de opinião?

4. Mudanças Culturais e Religião

As mudanças sócio-econômicas e culturais da sociedade brasileira têm e terão repercussões também sobre o comportamento religioso.

O panorama religioso brasileiro já é bastante complexo, como resultado de influência de vários fatores: a presença de diversas tradições religiosas na formação do Brasil moderno (catolicismo, protestantismo, espiritismo, cultos afro-brasileiros, mais recentemente religiões orientais); as próprias mudanças da Igreja Católica; a repercussão no campo religioso das mudanças sociais e culturais.

Em linhas gerais, deve-se esperar para os próximos anos que continue o processo de deslocamento da religião em ato há tempo no Brasil, em conexão com o que acontece em muitas áreas da civilização ocidental e capitalista. Este deslocamento (que alguns chamam "secularização") pode ser descrito, sumariamente, como a passagem de uma **sociedade tradicional**, onde a religião é o eixo central e as estruturas políticas e sociais buscam uma legitimação religiosa, para a **sociedade "moderna"**, onde a estrutura central é a econômica e a religião tem seu papel centrado na existência individual ou na vida particular ou familiar do indivíduo ("privatização" da religião). O fenômeno provoca também efeitos e reações. As duas conseqüências mais típicas são as seguintes:

— a forte penetração da mentalidade individualista e subjetiva no mundo religioso, reforçada pela mentalidade difusa da "sociedade de consumo". A religião, para muitos, torna-se um bem que pode ser adquirido e usado, segundo o critério e o gosto do comprador. A "experiência" subjetiva é o critério de

avaliação das diversas formas de religião que se oferecem sempre mais freqüentemente, a pessoa pode escolher e ajuntar elementos de tradições religiosas diferentes, analogamente à mentalidade do "mercado" atual, que incentiva o consumo através da oferta de grande variedade de produtos, que possam atender a todos os gostos. Esta tendência encontra legitimação e modelos também nas formas já tradicionais de sincretismo e se amplia em novas formas de ecletismo religioso que se difundem também nas classes médias e não apenas no meio popular. O mesmo fenômeno é reforçado pelos programas religiosos em rádio e TVs, que atingem um público heterogêneo de "ouvintes" e "expectadores" e lhes oferecem um conteúdo indiferenciado, que apela para os sentimentos fundamentais e evita toda precisão doutrinal, a qual acabaria afastando muitos "clientes";

— a expansão do fenômeno das "seitas", ou seja, dos grupos religiosos caracterizados por forte coesão de seus membros, conteúdo emocional ligado a experiências atuais de tipo carismático (mais que à tradição) e separação tão rígida quanto possível com relação à sociedade ambiente. A "seita" (o termo não tem aqui nenhuma conotação negativa) é a solução inversa à do individualismo. Em lugar de escolher pessoalmente a sua religião particular, o indivíduo escolhe um grupo, que lhe oferece um apoio emocional forte, uma experiência de comunhão, uma certeza aparentemente inabalável, numa sociedade religiosamente pluralista, angustian-

te, cheia de incertezas. A seita tende naturalmente para o "fundamentalismo", ou seja, para o apego a uma doutrina considerada absoluta e indiscutível em sua letra. Por isso, também, as seitas tendem a se multiplicar, porque facilmente se dividem por qualquer divergência doutrinária.

Neste contexto, a Igreja Católica procura outros caminhos, para além do individualismo e do subjetivismo, de um lado, e da tentação sectária do outro, propondo uma religião com forte conteúdo objetivo e com forte presença na sociedade, que procura transformar, resistindo ativamente à cultura do individualismo e do hedonismo e, principalmente, aos mecanismos de exploração que a sustentam.

Isso não impede, evidentemente, que o comportamento religioso dos católicos se diversifique ainda mais e crie novas categorias de adesão à Igreja: desde os meros expectadores de programas religiosos até os militantes engajados e agentes de pastoral, passando por diversas for-

mas de piedade individual e de grupos e "movimentos", alguns marcados também por forte emocionalismo e fundamentalismo. (Análoga diversificação, ou dispersão ainda maior, acontece no âmbito das outras tradições religiosas, com algumas tendências marcantes: ao individualismo, na Umbanda; ao sectarismo, nos movimentos pentecostais).

Esta situação pluralista não deixa de ter lados positivos, tendo incentivado uma definição mais pessoal da prática religiosa e tendo permitido uma valorização das diferenças culturais, inclusive por parte de segmentos importantes da população católica que raramente tinham encontrado possibilidade de expressão própria. Um fato promissor é o crescimento, também no interior do catolicismo, da consciência negra.

De outro lado, o pluralismo religioso constitui um grande e crescente desafio para a Igreja e o ecumenismo.

II. APROFUNDAMENTO TEOLÓGICO

A elaboração das diretrizes pastorais exige não apenas a análise das transformações sócio-culturais, mas também o aprofundamento da reflexão teológica, visando a discernir as alternativas de ação pastoral que melhor expressem a missão da Igreja no novo contexto.

Esta reflexão é particularmente necessária com relação à eclesiolo-

gia, como também constatou o Santo Padre João Paulo II na recente Carta aos Bispos do Brasil (9-4-86, n.º 2). Ele lembrou também que "a Igreja é, antes de tudo, um mistério" e que, por isso, "não pode ser definida e interpretada a partir de categorias puramente racionais". Tanto menos pode ser esquecida sua natureza transcendente e escatológica.

Nossa finalidade, aqui, porém, não é repensar toda a teologia da Igreja. É, principalmente, procurar elementos e critérios para realizar melhor, num contexto determinado e mutável, "o ser e a missão" permanentes da Igreja.

Abordaremos, por isso, três questões:

1. a relação da Igreja com a sociedade;
2. forças e fraquezas das atuais estruturas pastorais;
3. a pluralidade dentro da Igreja.

1. A Igreja e a Sociedade

A primeira questão que exige nova reflexão é a relação da Igreja com a sociedade. Entre diversos modos possíveis de abordar a questão, parece oportuno aqui evocar brevemente algumas situações típicas da história recente. É claro que se trata de uma simplificação de realidades complexas; mas aponta as tendências e ajuda a compreendê-las.

1.1. Uma primeira situação nas relações Igreja-Sociedade é a que podemos designar com o termo "cristandade". Trata-se da situação em que o cristianismo católico é a única religião da sociedade, ou detém a hegemonia sem ter concorrentes, ou ainda tolera as minorias religiosas, restringindo ou reprimindo sua atuação. O Estado assume a fé cristã como religião oficial. Todo o conjunto de cultura, tradições, costumes tende a manter ou impor a fé católica ao povo. Esta situação tende para a identificação de Igreja

e sociedade e caracterizou o Brasil durante os primeiros quatro séculos. No Brasil, o regime do "padroado", até propiciou certa dominação do Estado sobre a Igreja. A idéia de "cristandade" exerce alguma influência até hoje; não somente mantém viva, em alguns setores, a saudade da situação de outrora, mas também condiciona ainda, às vezes, aspectos da mentalidade pastoral; por exemplo: busca certo apoio do Estado e de instituições públicas em favor da religião, ou favorece uma atitude de espera, em vez de uma atitude mais dinâmica e missionária, como seria exigida pela situação atual da religião na sociedade.

1.2. A secularização do Estado e a separação de Estado e Igreja (processo que caracteriza o século XIX em vários países católicos e que no Brasil tem em 1891 a sua data símbolo) leva a um novo tipo de relação. A Igreja passa a ser pensada por muitos em **oposição** à sociedade. Esta oposição pode inspirar atitudes diferentes: desde a solução de caráter intimista, em que a religião tende a se refugiar numa experiência individual ou de pequenos grupos de oração e vida espiritual, até a solução de caráter alternativo, em que os católicos criam instituições próprias e separadas das instituições estatais (escolas católicas, hospitais católicos, sindicatos cristãos) ou preparam a reconquista do poder político.

1.3. Os católicos, porém, são demasiadamente numerosos nos países de antiga cristandade e a Igreja é profundamente entranhada em sua história, para que ela possa fi-

car efetivamente "separada" da sociedade moderna, como se fosse uma "seita pequena".

A oposição sucede, então, uma fase de **discernimento**, em que a Igreja e os católicos aprendem a distinguir, na sociedade moderna, contra-valores a serem combatidos e valores a serem promovidos; ideologias (incompatíveis com a doutrina cristã) e movimentos históricos (que podem apoiar causas justas e dignas, que também os cristãos devem apoiar); forças que ameaçam a dignidade humana e movimentos que a defendem e podem encarnar também o espírito do Evangelho.

Esta concepção alcança o seu ponto alto no Concílio Vaticano II e especialmente na constituição "Gaudiun et Spes", que expressa uma visão positiva e até otimista do encontro entre cristianismo e mundo moderno.

Este modo de conceber a relação entre a Igreja e a sociedade estimula, evidentemente, a participação dos católicos na ação social e política, em formas mais construtivas e menos polêmicas que na situação anterior. As formas dessa participação variam: desde aquelas que acentuam a distinção entre o religioso e o político (reconhecendo à ação política maior autonomia) até aquelas que tendem a identificar os diversos planos da ação dos católicos na sociedade; desde aquelas que pensam a presença cristã como fermento escondido na massa até aquelas que preferem a ação mais ostensiva; desde os que escolhem conscientemente os meios pobres

até aqueles que julgam necessárias alianças com o poder.

1.4. A recente evolução da sociedade, após o Vaticano II, parece dar nova vida ao modelo da **oposição** entre Igreja e sociedade. O otimismo com relação à sociedade moderna acabou. A sociedade ocidental, apesar de suas raízes cristãs, parece dominada pelo materialismo e o individualismo. Os países pobres vêm crescer suas dificuldades, sua miséria, a injustiça de que são vítimas. A sociedade latino-americana vive no meio destas contradições e vê o escândalo da crescente riqueza de uns poucos à custa da miséria e exploração da grande maioria (cf. Puebla). No Brasil, esta tomada de consciência aproximou muito mais Igreja e povo e levou a algumas conquistas parciais, mas que ainda estão longe das transformações profundas da sociedade, que continuam necessárias e urgentes.

A situação continua a exigir da Igreja e dos cristãos e engajamento urgente decidido na transformação radical da sociedade. Mas... Como?

É possível voltar a um modelo do passado, a uma posição de Igreja que não reconheça a autonomia da política?

É suficiente que a Igreja se limite à tarefa, necessária contudo e indispensável, da denúncia profética e do testemunho de valores que a sociedade atual tende a rejeitar?

Ou a Igreja deve oferecer um modelo ou proposta ideal de nova sociedade, a partir da sua doutrina?

... Ou a Igreja deve pronunciar-se claramente pela democracia e contribuir para formação política de leigos cristãos?

1.5. A resposta a estas interrogações, que em nosso contexto atual voltam a se impor e a exigir diálogo e reflexão, deve ser procurada na Missão da Igreja e na compreensão que dela foi amadurecendo na história recente.

A missão da Igreja exige:

- **a solidariedade e comunhão de destino com o povo:** não apenas em continuidade com quase cinco séculos de história brasileira e latino-americana, mas antes de tudo porque a missão da Igreja é continuar a encarnação de Cristo, sua assunção da natureza e história humanas;

- **a inculturação da fé,** quer dizer, a explicitação do sentido que a existência individual e coletiva, nesta cultura e sociedade, adquirem na perspectiva do Evangelho e da história da salvação; explicitação que exige discernimento de valores e contra-valores, de graça e de pecado na história concreta de hoje;

- **a construção da sociedade de amanhã** ("sociedade pluralista" — cf. Puebla, parte IV, cap. 3); a partir de um esforço conjunto e leal do povo, na superação das injustiças e discriminações na busca de justiça e fraternidade; nesta busca construtiva, os cristãos não possuem de antemão receitas e soluções prontas, mas uma esperança que lhes dá forças na caminhada, humildade para aprender e espírito de serviço;

- **a opção preferencial pelos pobres e marginalizados pela sociedade,** em razão antes de tudo da vontade de Deus e da escolha de Cristo (cf. Lc 4,18), já salientada como caminho da Igreja pelo Concílio Vaticano II (LG 8) e explicitada pela Conferência do Episcopado latino-americano em Puebla.

1.6. A missão da Igreja pode ser também expressa com estas palavras do Santo Padre João Paulo II aos Bispos do Brasil:

"Tal missão é a de evangelizar, isto é, de prestar ao mundo o ministério da Salvação, mediante o **dialogus salutis** instaurado com ele (cf. Encíclica **Ecclesiam Suam**, do Papa Paulo VI). Essencialmente religioso, porque nasce de uma iniciativa de Deus e se finaliza no Absoluto de Deus, o **ministerium salutis** é ao mesmo tempo serviço ao homem — pessoa e sociedade — às suas necessidades espirituais e temporais, aos seus direitos fundamentais, à sua convivência humana e civil. Por isso mesmo faz parte da missão da Igreja **preocupar-se, de certo modo, das questões que envolvem o homem** do berço ao túmulo, como são as sociais e sócio-políticas. Condições de justiça no exercício desta parte delicada da sua missão evangelizadora, são entre outras: uma nítida distinção entre o que é função dos leigos, comprometidos por específica vocação e carisma nas tarefas temporais, e o que é função dos Pastores, formadores dos leigos para as suas tarefas; a consciência de que não cabe à Igreja como tal indicar soluções técnicas para os problemas tempo-

rais, mas iluminar a busca dessas soluções à luz da fé; uma práxis no campo sócio-político deve manter-se em indefectível coerência com o ensinamento constante do Magistério" (Mensagem de 9.4.1986, nº 2).

2. Forças e fraquezas das atuais estruturas pastorais

A Igreja, voltando-se especialmente para a sua Missão, para a evangelização do seu tempo e da sociedade em que está inserida, é necessariamente chamada a repensar suas estruturas concretas, humanas, suas condições e instrumentos de ação pastoral. A missão exige da Igreja uma atitude de "reforma permanente" (cf. UR 8. Ecclesia semper reformanda); nós dizemos hoje: de revisão e planejamento. Tentando discernir critérios para uma ação mais adequada nos próximos anos, devemos nos interrogar sobre forças e fraquezas da nossa pastoral atual.

2.1. A Igreja no Brasil tem sua força, antes de tudo, na fé do povo. Mas as atitudes dos pastores com relação ao povo e à religiosidade popular variaram expressivamente no tempo. Na primeira metade do século, predominou uma atitude pastoral baseada sobre um conceito bastante negativo e insuficiente da religiosidade popular, que foi relegada à esfera das devoções particulares e substituída, quanto possível, por outras formas de devoção, consideradas mais modernas e adequadas, embora, às vezes, somente mais integradas numa visão clerical e centralizada da pastoral. Já na segunda metade do século XX, há uma redescoberta progressiva

das raízes culturais e dos valores originais do catolicismo popular. Há também uma aproximação muito maior entre a Igreja e o povo, superando a aproximação anterior entre Igreja e burguesia, que se tinham aliado, com vistas à modernização do país. E se chega mais conscientemente à opção preferencial pelo pobre e ao empenho pela defesa dos seus direitos, numa sociedade marcada pela crescente desigualdade. De outro lado, o povo reencontra mais amplamente na Igreja o espaço para a expressão de sua fé, de sua solidariedade e de sua organização comunitária. Também pessoas e grupos não-católicos encontram abrigo em movimentos eclesiais, na luta comum pela defesa dos direitos humanos fundamentais.

2.2. A relação da Igreja com as classes médias também evoluiu ao longo dos últimos anos. Há mais tempo, houve um encontro feliz entre as aspirações de algumas elites, também de intelectuais, e a Igreja (embora o mesmo meio social tenha produzido também o anticlericalismo e a crítica radical do catolicismo). Hoje, em seguida, um arrefecimento e uma crise nestas relações, crise ligada às mudanças culturais e políticas. As novas opções pastorais da Igreja não foram, muitas vezes, bem compreendidas pelas classes médias. Elas preferiram a participação em "movimentos" relativamente autônomos, muitas vezes de caráter espiritualista, pouco integrado na pastoral de conjunto da Igreja local e pouco empenhados na transformação de uma sociedade marcada pela violência e a injustiça.

2.3. Nesta evolução dos últimos vinte-trinta anos, modificou-se a própria imagem social da Igreja. Ela não é mais identificada simplesmente com o clero ou a hierarquia e seus auxiliares mais próximos, mas cresce a consciência de que a Igreja abrange os fiéis todos, o povo e seus pastores. Uma expressão significativa da nova consciência eclesial se dá nas comunidades eclesiais de base, que constituem ampla e diversificada realização de um "novo modo" de ser Igreja. Menor, contudo, foi a participação dos leigos em outros níveis da organização eclesial, apesar da multiplicação dos serviços e ministérios que eles prestam na base. As decisões, em nível de paróquia ou diocese, continuam geralmente confiadas de modo exclusivo aos clérigos, que ainda não aproveitam plenamente a participação e assessoria dos leigos, conforme prevê inclusive o novo Código de Direito Canônico. A participação da mulher sofre das mesmas restrições, embora sempre mais raramente haja discriminações entre homens e mulheres nos ministérios e serviços confiados aos leigos.

2.4. A Igreja no Brasil, apesar de ter mostrado apenas recentemente uma atenção maior e um efetivo apreço das minorias étnicas e das tradições religiosas não-cristãs, é profundamente marcada por um espírito católico e ecumênico, de abertura às características e contribuições de diferentes raças e povos. Deve isso à história, à tradicional abertura do seu povo, à grande e significativa participação de missionários e comunidades religiosas vindas do exterior. Este espírito fa-

voreceu, recentemente, o despertar de uma nova consciência missionária no interior do País e a sintonia com a caminhada da Igreja latino-americana e universal.

2.5. Entre as fraquezas que a nova pastoral herdou de sua própria história e da evolução teológica do catolicismo em geral, devemos assinalar como particularmente prejudiciais nesta hora:

— a tendência a julgar secundária e menos significativa a atuação do cristão nas realidades temporais (família, educação, trabalho, política, cultura...), em função de uma visão teológica que privilegia os ritos e, em geral, as atividades consideradas específicas dos clérigos; sem esquecer contudo, que há também o risco do extremismo oposto, de quem no empenho temporal perde de vista a inspiração da fé e a prática religiosa e eclesial;

— a tendência a conceber a ação pastoral como conservação do "rebanho" já constituído e das tradições do passado (como era normal e indispensável numa situação praticamente estática), em prejuízo de uma consciência missionária e dinâmica, qual é exigida por uma sociedade em mudança, onde a religião tradicional é exposta à "concorrência" de novas religiões e ideologias;

— a má distribuição de recursos humanos nas diversas regiões do País e nos diversos setores pastorais, deixando em graves dificuldades algumas áreas, apesar de um crescente esforço de solidariedade missionária entre igrejas locais que

se reconhecem efetivamente como "irmãs".

2.6. Olhando para o amanhã, para as novas tendências da sociedade, para as exigências emergentes nas pessoas e comunidades mais diretamente envolvidas pelo mundo da ciência, da técnica, da Universidade, do trabalho especializado, para o crescimento geral da informação e da instrução, para os anseios da juventude e do povo a mais conscientização e participação, torna-se mais evidente a lacuna atual e o grande esforço a ser empreendido no campo da **formação**.

Seja entre o clero e os agentes de pastoral especializados, que precisam tanto de uma formação teológica quanto de conhecimentos adequados da nova realidade social e cultural, para poderem desempenhar eficazmente sua missão evangelizadora;

seja entre o laicato e os inúmeros fiéis, que ainda carecem de uma catequese "adulta", à altura de suas responsabilidades humanas e cristãs.

3. A Pluralidade dentro da Igreja

3.1. A caminhada da Igreja no Brasil tem solidificado, sempre mais, através de sinais diversificados, seu compromisso evangelizador, como um todo orgânico. Suas Diretrizes, renovadas em cada quadriênio, tem sido elaboradas num clima de comunhão e participação, amadurecidas na prática pastoral e na reflexão teológica, no convívio eclesial e em contínuas trocas de experiências.

Esta caminhada não se realiza, contudo, isenta de tensões. Dada a missão da Igreja de empenhar-se na transformação da sociedade, é inevitável que as concepções de fé, de prática cristã e de organização eclesial, existentes dentro dela, apresentem divergências, isto é, reflitam a diversidade dos cristãos. A prática, a formação e o lugar social dos cristãos influenciam seu modo de conceber a missão concreta da Igreja.

3.2. No entanto, se percebemos tensões na dinâmica da Evangelização, constatamos, com alegria, o crescimento de exigências, sempre maiores, de Comunhão e Participação na Igreja, inclusive nos processos decisórios. As possibilidades de pluriformidade nas expressões de fé e de encarnação da Igreja são, em si, preñes de riquezas, se bem administradas na perspectiva da Missão. Para tanto, as relações internas da Igreja deveriam ser marcadas por alguns critérios:

— A consciência de que a unidade na Igreja supõe uma pluriformidade de expressões, conforme a tradição eclesial, desde o dia de Pentecostes: um único Senhor, uma só fé, um só batismo, embora o Espírito tenha conferido à Igreja uma capacidade de exprimir a mensagem na diversidade das línguas, das culturas e dos povos. A valorização da Igreja local no Concílio Vaticano II (LG 23; CD 11) vem nos mostrar que a Igreja, única e universal, está verdadeiramente presente em todas as Igrejas particulares e estas são formadas à imagem da Igreja universal, de tal modo que

a uma e única Igreja existe nas Igrejas particulares e por elas. Temos aí o verdadeiro princípio teológico da pluriformidade na unidade.

— O acolhimento da dimensão cristológica como raiz da missão da Igreja apresenta variedades de facetas da vida de Cristo. A história da Espiritualidade no-lo revela nas variadas expressões da vivência cristã, acentuando diversos aspectos da vida histórica de Jesus, conforme os apelos do Espírito em momentos históricos determinados. Ao acentuarmos algo, não queremos subestimar outros aspectos. Por exemplo, ao percebermos a Evangelização como “razão de ser da Igreja”, não queremos deixar de lado a Contemplação. Pelo contrário, a Evangelização desafia novas formas de Contemplação.

— Aceitação de que a dignidade fundamental na Igreja é o ser cristão e a hierarquia é, antes de tudo, serviço. É o Povo de Deus, todo ele, que é chamado para a missão da Igreja, missão de louvor, anúncio, testemunho e serviço em vista do Reino. A preocupação central, portanto, dos cristãos — leigos e pastores — é o testemunho cristão no mundo, o esforço por impregnar com o Evangelho a realidade da história humana. A Igreja só é ela mesma na medida em que se entrega à sua missão no mundo; e sua missão no mundo só será realmente desempenhada na medida em que ela preservar sua identidade evangélica. A percepção dessa dupla dimensão na vida da Igreja deve ajudar a superar uma visão somente intra-ecclesial e um inútil desgaste

de energias em contendas internas, assim como uma possível redução do papel da Igreja à categoria de agência de transformação social.

— Complementação dos carismas na dinâmica eclesial. O que cada um faz, o faz em nome dos outros, em vista da missão; é forma de serviço na Igreja. Assim, vamos superando o binômio “hierarquia-laicato” por “comunidade-ministérios ordenados e não ordenados”, como nos tem proposto a teologia do Povo de Deus, no pós-concílio, e como o temos experimentado na caminhada eclesial, sobretudo através das Comunidades Eclesiais de Base.

— Convicção de que o equilíbrio eclesial requer, ao lado de uma pastoral de massa, uma pastoral de comunidades em que uma alimente a outra na perspectiva da Missão. Isto nos mostra a relação entre a Religiosidade Popular (nos santuários, nas novenas...) e a caminhada das nossas Comunidades eclesiais: encontro feliz que vem respeitar a religiosidade do povo numa nova maneira de a Igreja ser (CEBs) e questionar a Religiosidade Popular num desafio evangelizador.

— Acentuação de uma Pastoral orgânica em que seja valorizado o processo de planejamento das Igrejas locais como ponto de partida para um planejamento global. Só assim as diretrizes mais gerais poderão levar em consideração as dificuldades e aspirações que estão presentes no dia-a-dia da Igreja: relacionamento Igreja local versus movimentos, etc.

— Sensibilidade para o intercâmbio de experiências no respeito e valorização da criatividade pastoral. Têm surgido muitas iniciativas promissoras que permanecem isoladas. Poderiam enriquecer outras se confrontadas, sendo, igualmente, enriquecidas.

— Promoção de oportunidades para os diversos atores da pastoral

se conhecerem, uns sabendo o que os outros estão fazendo.

— Autonomia das várias associações de fiéis que poderão, na comunhão eclesial, pronunciar sua palavra profética face aos apelos da missão, possibilidade que nos proporciona o atual Código de Direito Canônico.

III. PISTAS E CRITÉRIOS PARA A ELABORAÇÃO DE DIRETRIZES PASTORAIS

A reflexão sobre a conjuntura e suas perspectivas, à luz da missão da Igreja, conduz ao discernimento das diretrizes da ação pastoral: seus objetivos, estratégia, prioridades. A própria condição da Igreja no mundo, solidária de suas esperanças e angústias (cf. *Gaudium et Spes*, 1), leva a pensar a sua missão e a ação pastoral sem separar a mensagem transcendente do Evangelho e a realidade histórica presente, também fermentada pela graça, mas condicionada pelo pecado. Em outras palavras, como também o último Sínodo dos Bispos lembrou (cf. Relatório final, II, D n.º 4), a evangelização deve ser pensada como “inculturação” da fé, como encarnação da fé na cultura e transformação crítica da cultura na perspectiva da fé. Em outras palavras ainda: evangelizar não é apenas o testemunho pessoal e eclesial da fé em Cristo, mas o esforço para que o Evangelho seja fermento que, de dentro, no âmago da cultura, faça crescer a sociedade humana e a abra à vinda do Reino (cf. EN 20; Objetivo Geral das DGAP da CNBB, 1983-86). Evangelização e “libertação”, isto

é, transformação das condições reais da sociedade, não são separáveis, como bem mostrou “*Evangelii Nuntiandi*” (n.º 29-31).

1. Diante das mudanças culturais e, especificamente, diante da atual conjuntura e da perspectiva de crescente secularização e avanço do individualismo, a Igreja deve prestar especial atenção ao **ponto de partida** de sua ação evangelizadora. O ponto de partida (não o fundamento último e principal, que é sempre a graça do Evangelho) é a busca de sentido para a própria vida por parte das pessoas. O ponto de partida é a condição humana real, com seus anseios e aspirações, bem como suas angústias e sofrimentos. É a experiência da pessoa e dos grupos e sua percepção da realidade. Tarefa pastoral da Igreja nos diversos níveis, é ajudar as pessoas e comunidades a fazerem sua caminhada na sociedade de hoje, à luz da fé, em direção ao Reino. É ajudar as pessoas a fazerem suas opções, que envolvem ao mesmo tempo o compromisso com a sociedade humana e a relação com Deus.

Tarefa evangelizadora da Igreja é tornar significativas as respostas da fé cristã para as pessoas que vivem mergulhadas nas contradições da sociedade de hoje, envolvidas pelo seu clima cultural.

Questões concretas que se põem à nossa ação pastoral e às nossas comunidades, nos diversos níveis e aspectos da sua ação (social, catequética, litúrgica, etc.):

— As pessoas se sentem acolhidas e compreendidas? O que dificulta seu encontro com a fé cristã? A linguagem que falamos é a linguagem do povo? E linguagem que todos podem compreender? A fé cristã é uma experiência atual ou apenas uma imposição da cultura tradicional, em declínio?

2. Diante da necessidade de mudanças sociais profundas, a Igreja continua empenhada em apoiar todo esforço positivo neste sentido, particularmente todo movimento que amplie as possibilidades de participação do povo e o reconhecimento dos direitos dos pobres. Com efeito, a Igreja considera que sua missão, essencialmente religiosa, tem exigências que atingem as dimensões econômicas, políticas e culturais da sociedade. É dever da Igreja contribuir para a promoção e a defesa da dignidade da pessoa humana e da fraternidade, ou seja, para a criação de uma sociedade que supere as injustiças e discriminações, a desordem e a permissividade, a busca crescente do individualismo e as raízes profundas do egoísmo e do pecado pessoal e social.

No plano das transformações estruturais, diante do empobrecimento progressivo de contingentes sempre maiores da população e da resistência das classes dominantes que cooptam e manipulam os meios de comunicação e até as decisões governamentais, abre-se para a Igreja a tarefa de se empenhar na busca de um caminho político que evite as injustiças criadas pelo capitalismo desenfreado e a asfixia da liberdade dos sistemas coletivistas de Estado. Diante disto:

- Como desenvolver um trabalho constante de formação da consciência de cidadania dos membros de nossas comunidades?

- Como estimular o engajamento político dos leigos, numa militância que supere os interesses de grupo e se comprometa com as transformações culturais?

- Como promover uma crítica profética e o discernimento dos caminhos concretos a serem percorridos no processo de democratização para que evite dependência de extremismos de direita e esquerda, protecionismos e privilégios de grupos?

3. Diante do imenso esforço de propaganda e de manipulação das informações para ocultar os aspectos dramáticos da exploração e da injustiça e manter o domínio de poucos sobre muitos, a Igreja continua sendo chamada à missão profética:

— de **denúncia**, que desvela a falsidade de mitos e ídolos da sociedade de consumo;

— de crítica das opções sociais e políticas, que redundam efetivamente na opressão e miséria do povo;

— de proposta dos valores éticos, que podem garantir as bases de uma convivência justa e digna, contra o amoralismo de uma sociedade que tem por critério exclusivo o lucro ou o interesse pessoal.

Em particular, a Igreja, no Brasil, pelos recursos humanos e culturais de que dispõe, tem a responsabilidade de investir generosamente no esforço de tornar acessíveis ao povo múltiplos meios de contra-informação, de educação e conscientização, de acesso ao saber, para que de maneira crescente o povo possa compreender e participar construtivamente não apenas nos sacrifícios, mas também nos frutos da ciência, da técnica e do trabalho.

- Quais são os meios de que a Igreja dispõe para informar melhor e despertar a consciência crítica? Como são usados?

- Que iniciativas poderiam ser tomadas ou incentivadas para formar o público para o uso crítico dos meios de comunicação de massa?

- Como se promove o aproveitamento criterioso dos espaços que se abrem para a Igreja nos meios da comunicação existentes?

- Quais são as principais questões éticas que devem ser levantadas em nossa sociedade?

- Quais cristãos (e através de quais organizações) promovem a denúncia das injustiças e a defesa

dos direitos humanos? O que se poderia fazer a mais neste campo?

4. Diante das mudanças do comportamento religioso e do perigo de aviltamento comercial de muitas expressões religiosas, a Igreja é chamada a multiplicar seus esforços no sentido de promover e defender a **autenticidade** da experiência religiosa. Trata-se de garantir a **qualidade** da vivência religiosa católica, não apenas no sentido da ortodoxia e da fidelidade à tradição e à lei, mas também de adequação às necessidades espirituais de pessoas e comunidades. Trata-se também de zelar atentamente para que as formas de vivência da fé católica não sejam condicionadas pela mentalidade da sociedade de consumo e reduzidas, mesmo inconscientemente, a objeto de exploração econômica.

- A vivência religiosa de nossos fiéis e comunidades eclesiais é marcada pela autenticidade? Ou sofre de distorções e desvios gerados pela mentalidade consumista? O que fazer para melhorar?

- Quais as experiências religiosas que podem ser julgadas mais autênticas?

- O que está sendo feito para evitar mesmo a aparência de comercialização de ritos religiosos?

5. Diante das exigências de sua missão na sociedade, a Igreja não pode limitar-se a apoiar as reformas ou a exercer a crítica profética das injustiças. A Igreja deve animar os leigos cristãos a assumir, como um verdadeiro ministério, a ação social e política. A partir dos problemas

conjunturais, locais e imediatos, os leigos cristãos podem reconhecer progressivamente os caminhos de uma transformação mais profunda e abrir-se a perspectivas mais amplas de participação na sociedade. Outros leigos podem ser ajudados a promover experiências pioneiras de novas formas de convivência e organização social, sinais antecipadores de mudanças mais profundas. Outros ainda deverão contribuir para a elaboração de projetos, mesmo utópicos, de novas estruturas sociais.

- Há consciência nos nossos batizados de que a vida missionária do cristão inclui um engajamento no mundo?

- Como ajudar os cristãos a se engajarem na ação social ou política?

- Como a comunidade cristã poderá apoiar os seus membros que optam pela militância política a partir do compromisso da fé?

6. Diante dos novos desafios da cultura e das novas exigências da pastoral, a Igreja deve investir maciçamente na **formação**, em diversos níveis:

6.1. Deve proporcionar aos católicos, em geral, a oportunidade de uma catequese adulta, freqüente e regular, esta deve estar estritamente ligada à vida e à ação, organizando-se como reflexão sobre a experiência vivida mais do que como um sistema previamente elaborado.

- Dever-se-ia obter de todos os católicos, além da Missa dominical, a participação num encontro sema-

nal para reflexão em grupos sobre a vida à luz da fé e da Bíblia?

6.2. Deve proporcionar múltiplas formas de aprofundamento e de educação mais sistemática da fé ou formação teológica para os militantes cristãos e os agentes de pastoral.

- Como as Dioceses investem importantes recursos na formação do clero, não deverão de agora em diante aumentar os recursos destinados à formação dos leigos, agentes de pastoral e ministros? Quais as experiências mais significativas e eficazes neste campo que poderiam ser divulgadas?

6.3. Deve proporcionar também aos presbíteros, atuais e futuros, uma formação de boa qualidade, com oportunidades de especialização. No atual contexto cultural, é preciso buscar especialmente:

- o estudo da mentalidade e dos mecanismos sociais e culturais que vão emergindo com o desenvolvimento da sociedade, o avanço da tecnologia, o acirramento dos conflitos ideológicos e sociais, a difusão do individualismo e do hedonismo;

- a preparação dos pastores para prestar uma assistência religiosa e espiritual mais adequada e de melhor qualidade às pessoas que buscam uma experiência religiosa mais profunda.

6.4. Deve prestar especial atenção à formação da juventude, que vem sofrendo a permanente influência da mensagem consumista e hedonista dos MCS e que ainda não

teve a oportunidade de viver a experiência de uma verdadeira democracia, passando do período de arbitrariedade às propostas muitas vezes frustrantes da atual classe dominante.

7. Diante de sua pluralidade interna, não isenta de tensões, mas rica da vitalidade e de potencialidades a serem valorizadas, a Igreja deve incentivar, também internamente, a participação. A própria estrutura sacramental e carismática da Igreja, pela qual a graça de Cristo e os dons do Espírito são dados a todos os fiéis, exige que todos sejam chamados a participar corresponsavelmente da missão. Além disso, a atual conjuntura, que requer um esforço extremamente intenso na evangelização e no empenho pela transformação da sociedade, também torna evidente que **não**

se pode dispensar a colaboração de ninguém. A colaboração não é mera execução de serviços, mas participação criativa na elaboração da ação pastoral e na edificação da comunidade eclesial. A ordenação ou organização da participação nos diversos níveis pode basear-se no direito eclesiástico, na experiência pastoral recente da Igreja no Brasil e sobretudo no princípio de **comunhão** revalorizado pelo Vaticano II e por Puebla. Em princípio, deve-se procurar que "o que interessa a todos seja aprovado por todos". Em todo caso, deve existir diálogo e consulta recíproca antes da tomada de decisões. Não se esqueça que, segundo Puebla (n.º 273), as comunidades eclesiais são chamadas a se tornarem de alguma forma modelo de participação também para a sociedade. □

Atitudes básicas para a vida em sociedade

Bíblia — "Sede santos porque eu, o Senhor, vosso Deus, sou santo. Não odiarás o teu irmão. Repreenderás o teu próximo para que não incorras em pecado por sua causa. Não te vingarás. Não guardarás rancor. Amarás o teu próximo como a ti mesmo", Lev 19, 2.17-18.

Leitor — *Ser santo*, o refrão central para toda a vida. Impossível ser santo sem amar o próximo. Três formas concretas de amar o próximo, expressas de *forma negativa*: não ter ódio; não deixar de corrigir; não tirar vingança. São negativas mas são afirmações. É uma *forma positiva*: AMAR. Atitudes básicas do cristão para a vida em sociedade. Deus convida o homem à comunhão com Ele, através da exigência da comunhão com seu semelhante. Nisto, o melhor para entender é praticar. Sair da posição confortável de expectador. Aqui nada se alcança por obra e graça da inércia (Pe. Marcos de Lima, SDB).

VATICANO II

E A VIDA RELIGIOSA NO BRASIL

PISTAS LEVANTADAS PELO SINODO EXTRAORDINÁRIO DOS BISPOS EM 1985?

Mulheres e homens que deram o passo da aliança com os empobrecidos não poderão, sem trair o Deus da Vida, se sentir chamados à volta ao sagrado.

Irmã Ivone Gebara
Recife, PE

Depois de 20 anos do Concílio Vaticano II, o Sínodo convocado (1) para celebrá-lo, verificar seus resultados e promovê-lo (2), não parece ter acrescentado nada de novo ao espírito conciliar e, em especial, para a vida religiosa. Apenas uma intervenção, a do Cardeal Viga lembrou o salto qualitativo dado pelos Institutos Religiosos, apesar da "crise dos anos 70" (3). Nada mais do que uma alusão à vida religiosa.

Se os padres sinodais e os textos do Sínodo não falam muito das "novidades do Espírito" e das grandes questões e interpelações na vida religiosa, a vida cotidiana das Congregações é testemunha desses acontecimentos.

Limitar-me-ei à vida religiosa no Brasil, especialmente a feminina, diante da nova conjuntura social e eclesial desses últimos anos e dos novos desafios que hoje se colocam à mulher religiosa.

Sabemos o quanto os anos 70 foram extremamente movimentados para a maioria das Congregações Religiosas. As propostas de abertura exigidas pelo Concílio, e depois por Medellín e Puebla, tiveram respostas significativas, que se expressaram sobretudo no chamado "êxodo" de pequenas comunidades para os meios populares. O povo vivia o terrível momento das "ovelhas conduzidas ao matadouro" nos difíceis anos da ditadura militar.

A descoberta da vida cotidiana do povo, de sua simplicidade, de sua violência, de seus valores e pobreza, levou muitos grupos de religiosas a questionarem sua forma de vida e a se sentirem interpeladas pelo Espírito a se deixarem converter pelos pobres. Uma "opção de vida radical" no meio dos pobres foi assumida então por diferentes grupos que iam se tornando cada vez mais numerosos tanto nas peri-

ferias das cidades quanto no campo. Desta etapa, talvez mais "contemplativa" do mundo dos pobres, passou-se para uma etapa mais "ativa" em que as religiosas passaram a integrar-se nos diferentes movimentos populares e a formar lideranças através de cursos de Bíblia, alfabetização, saúde sempre na perspectiva de ajudar a organização do povo em vista de uma libertação mais integral.

Várias foram as publicações em torno da vida religiosa inserida nos

meios populares (4). Não vamos repetir seus conteúdos, mas tocar em alguns "novos" problemas que fazem parte da atual etapa histórica em que vivemos, problemas que se constituem em interpelações para nossa vida religiosa hoje:

1. Interpelação do Movimento das mulheres na América Latina.

2. Interpelação do nosso "eu profundo".

3. Interpelação da Sagrada Escritura.

1. INTERPELAÇÃO DO MOVIMENTO DAS MULHERES NA AMÉRICA LATINA

A questão da mulher hoje é uma questão de toda a humanidade. Com esta afirmação quero evitar o desvio que ocorre comumente de limitar a luta da libertação da mulher ao "2.º sexo", ao chamado "sexo frágil".

Se de fato a humanidade é homem e mulher, qualquer conquista de um ou da outra é conquista da humanidade. É fato inegável que esse acordar da mulher não se situa apenas no nível de sua realidade própria, mas é um acordar que começa a modificar profundamente as relações sociais e inter-pessoais, a produção da cultura e até a economia e a política. Sem dúvida, vai modificar também a religião embora esta apresente maiores resistências. O reconhecimento da insegurança gerada por este novo momento tanto nas mulheres quanto nos homens é fato que não pode deixar de ser lembrado.

Os diferentes documentos da Igreja desde o Concílio Vaticano II, Medellín, Puebla, assim como artigos teológicos insistem em abordar a questão da mulher como um tema entre outros. A teologia da vida religiosa, por sua vez, praticamente tem ignorado esse novo momento histórico e continua no seu aspecto genérico falando simplesmente de "vida religiosa".

Notamos que nos textos teológicos e pastorais mais progressistas, há sempre um parágrafo, um pequeno capítulo, uma alusão ou um apêndice (5) para lembrar a importância do tema da mulher. Enquanto formos "tema" ou apenas "questão" da moda como uma série de outros cuja novidade se esgota facilmente, não estaremos tocando no fundamento da "revolução" que está começando a se operar nos nossos tempos. Não somos "tema" de moda, e não somos objeto

de concessões que, assim que satisfeitas saem do cenário da história e caem inexoravelmente no esquecimento.

Tocar no problema da mulher é tocar em primeiro lugar na própria constituição do ser humano e, em linguagem teológica, é tocar na integridade do mistério da Encarnação: presença do divino no humano total.

Nada mais humano do que o desabrochar do humano e nada mais teológico do que apreender o divino no humano integral, explicitado nas suas infinitas/finitas possibilidades.

A "revolução" de caráter mundial que está se operando hoje em nossa história, em especial por causa do acordar da consciência da mulher, está exigindo uma reorganização do mundo, uma nova partilha de tarefas, um novo sistema de divisão do trabalho, um equilíbrio da presença masculina e feminina nos diferentes ambientes e setores da vida humana, para superar as hipertrofias palpáveis e os estereótipos de um e de outro lado, que acentuam a enfermidade de nossa sociedade.

Acompanhando os sinais dos tempos e o "ar" que se respira em nossa história brasileira, as religiosas, sobretudo as inseridas nos meios populares vêm se integrando, embora ainda com certa timidez, como mulheres, em movimentos que visam compreender melhor a situação e condição femininas e atuar em vista da construção de

uma nova relação entre mulher e homem.

Nos meios populares as organizações de mulheres têm adquirido uma força crescente. São movimentos de consciência crítica ainda incipientes, mas portadores de grande futuro. Agrupam-se em torno de tarefas concretas e de problemas do cotidiano e a partir daí abrem-se para as discussões sociais mais amplas. Cada vez mais a mulher tem percebido o alcance de sua influência a nível doméstico e, apesar do valor desse nível da existência, ele pode aprisioná-la e impedi-la de ter uma efetiva participação numa caminhada mais ampla. Pode também aprisionar o homem a um estereótipo querido pela sociedade patriarcal e impedi-lo de viver uma dimensão humana mais plena. Esta divisão mais ou menos rígida de papéis destina um à "vastidão" do mundo e a outra às fronteiras da casa.

Esse processo lento, gradativo, paciente, inseguro às vezes, e repleto de dificuldades, tem interpelado as religiosas que se redescobrem como mulheres e com isso, descobrem sua "domesticidade" na Igreja sobretudo no nível das decisões.

A maternidade e a virgindade consagrada, ambas expressões da mesma domesticidade, aparecem como as duas vocações mais importantes oferecidas à mulher (6). A partir dessa tomada de consciência, as mulheres (às religiosas) constataam o quanto foram e são privadas de participação nas grandes orientações pastorais das diferentes dioceses e na explicitação teológica de sua fé. Percebem também a explo-

ração que se faz de seu trabalho eficiente e dedicado, mão de obra barata não preparada a reivindicações em nome do voto de pobreza. Esta situação começa a provocar um crescente mal-estar em diferentes grupos de religiosas. Sem dúvida, serão levadas a começar a exercitar uma prática diferente na qual a submissão religiosa, considerada falsamente como virtude, dará lugar ao desabrochar de mulheres

adultas cheias da liberdade do Espírito. Aquilo que parecia um "destino" da mulher consagrada a serviço da Igreja manifesta-se como dominação de uma instituição que ainda não fez seu exame de consciência em relação à condição da mulher. O raiar de um dia diferente já desponta na aurora, embora saibamos que ele vai demorar a chegar, pois nesse pedaço da noite as sombras são espessas demais...

2. INTERPELAÇÃO DE NOSSO "EU PROFUNDO"

Um recente encontro de religiosas inseridas nos meios populares do qual participei, teve como tema principal: "Reconstruir a pessoa da religiosa a partir de sua opção pelos pobres".

O tema é fruto de uma problemática atual bastante séria que vem emergindo na vida de diferentes grupos de religiosas. Trata-se da necessidade de uma nova síntese entre o que podemos chamar de "clamores do povo" e "clamores da pessoa". Essa nova síntese é exigida por esse tempo escuro em que vivemos, em que apostamos muito ou tudo pela vitória do povo em suas lutas libertárias, e demos passos de gigante em relação ao que vivíamos tradicionalmente.

Fumaças de frustração, sintomas de cansaço e desânimo aparecem aqui e acolá não só nas organizações populares, mas também nas pequenas comunidades religiosas inseridas. A comunhão com os pobres leva de certa forma a partilhar da mesma "enfermidade"...

Diante dessa situação desejamos todas estar no lugar da samaritana para pedir ao Senhor "água viva", água que sacia de fato. Temos a impressão de ter perdido provisoriamente o caminho para o "poço de Jacó", embora estejamos certas de que ele existe e que é preciso procurá-lo em todos os momentos da vida. Sem dúvida, ele não deve estar muito longe...

Uma das pistas para encontrá-lo parece ser tentar ouvir-se como pessoa ou, como diz o Evangelho, "amar o próximo como a si mesma". O que é hoje este amor a si mesma, especialmente para a religiosa?

Durante anos a fio ouvíamos diariamente o refrão da necessidade de esquecer-se de si própria como caminho para os outros e para a perfeição pessoal. O refrão foi cantado tanto nas antigas estruturas conventuais como nas atuais estruturas dos pequenos grupos, embora a melodia seja diferente, pois diferente é o contexto. Esquecer-se para amar os outros como uma mãe se esquece de si mesma por causa do filho.

Eis o modelo e eis o ideal a ser perseguido. Perdendo-se nos outros, nos re-encontraríamos como pessoas. A maternidade assim entendida, maternidade "espiritual", sem filhos nascidos de nossas entranhas é ou era o nosso "único destino".

A instituição religiosa nos quer "mães" segundo um modelo patriarcal e estereotipado, sem atinarmos para as conseqüências reais dessa "escolha" conjuntamente feita e imposta.

O início de um tempo novo se aproxima, tempo preñado de esperança para o surgimento de uma mulher e um homem novos. Os clamores de nosso eu profundo já se fazem ouvir como vozes de profetizas gritando por justiça, exigindo conversão. E o que dizem estas vozes? Embora não sejam muito nítidas, pois saem timidamente de nossas profundezas, parecem dizer que a partir dos pobres há todo um processo de construção e reconstrução pessoal das religiosas que precisa ser levado a sério.

Trata-se de buscar mais profundamente nossa identidade de mulheres e de religiosas e assumir mais visceralmente nossas escolhas. Trata-se de um momento mais explícito de amor a si para apreender existencialmente o extraordinário e desafiante equilíbrio do amor ensinado nos Evangelhos.

Estamos como que viciadas em repetir fórmulas libertárias, em reproduzir chavões sobre o engajamento com os pobres, sobre a pedagogia a ser usada, sobre a análise conjuntural mais bem feita, so-

bre a melhor teoria sobre a religião popular. Entramos nessas diferentes "produções", e tal observação nada tem de depreciativo em relação a elas, sem nos situarmos realmente como pessoas, sem nos interrogarmos sobre o sentido de tudo isso para nossa vida pessoal. Tornamo-nos consumidoras, copiadoras, reprodutoras de idéias sem cuidarmos do mistério de nosso ser, do mistério que nos envolve. Não seria esta uma das causas de nosso "cansaço", para além de outras comuns ao movimento popular?

Esta constatação não quer indicar uma espécie de fechamento sobre si em detrimento da missão, mas justamente o amor de si como caminho de felicidade e de entrega da vida em plenitude, a serviço do Reino.

Não há receitas pré-fabricadas para essa busca amorosa e livre de si própria. Apenas, é preciso ouvir as vozes dentro de nós, explicitá-las, refleti-las em conjunto, ousar amplificar seus sons para que sejam ouvidos por um maior número de pessoas. Saídas criativas poderão ser encontradas se nos colocarmos a caminho para buscá-las.

O povo não pode ser o "culpado" de nossas frustrações, decepções ou desencantos. Não vamos ainda jogar sobre seus ombros o ônus de nossos problemas e, nos tornarmos vítimas de nossa dedicação integral. Basta ao povo os problemas e a culpa que carrega por sua própria situação. Infelizmente, o que tem acontecido ultimamente como conseqüência desse "cansaço generalizado" é que nos afastamos

para repousar e às vezes não voltamos mais ao convívio com os esquecidos desse mundo.

Como buscar e organizar lugares que sejam para nós o "poço de Jacó", onde de coração a coração possamos partilhar nossas inquietações e nos refazer? Onde estão situadas para nós a casa de Lázaro, Maria, Madalena, aqueles com quem a gente pode falar tranqüilamente sabendo-se de antemão aceitas?

Betânia, a montanha, a casa dos discípulos e discípulas eram para

3. INTERPELAÇÃO DA SAGRADA ESCRITURA

A tradição cultural judaica, sobretudo aquela que nos foi legada pelos textos do Antigo Testamento, coloca em geral a mulher num segundo plano em relação ao homem. Entretanto, apesar desse limite explicável em linhas gerais pelos condicionamentos culturais, não podemos tomar isso como fato consumado. Há alguns elementos esquecidos que deveriam ser retomados hoje pelas mulheres e entre elas, as religiosas, em vista da construção de uma história em que homem e mulher sejam reconhecidos na sua dignidade e originalidade.

Trata-se em primeiro lugar da tradição das mulheres geradoras de um povo, ou seja, das mulheres que são ao mesmo tempo imagem de mulher e imagem do povo. Simbolizam a luta, a vida, a sobrevivência de grupos pequenos ameaçados de extermínio. Recuperar esta tradição é uma abertura de espaços em vista de uma releitura da Escritura a partir das mulheres. Sara, Agar, Mi-

Jesus lugares de estímulo, carinho e energia fundamentais para a continuidade de sua missão.

Não estariam as vozes proféticas de nosso eu profundo pedindo hoje algo parecido? Não precisaríamos às vezes ouvir a musicalidade do silêncio que nos envolve para darmos a justa medida ao nosso ritmo por vezes muito acelerado? Certas vozes precisam de silêncio para serem ouvidas senão perdem-se no turbilhão de vozes anônimas e se tornam estranhas a si próprias.

ruth, Judite, Ester, Maria são imagens de um povo que luta por sua autonomia e reconhecimento. Elas não cumprem apenas um papel individual ou secundário, mas são símbolos do povo e conseqüentemente suas vidas se misturam à vida do povo embora cada uma conserve também sua identidade pessoal.

Judite, por exemplo, consegue vencer Holofernes, o opressor do povo judeu usando para isso seus atributos físicos femininos. O texto diz que Deus a torna ainda mais bela e sedutora para alcançar o objetivo de salvar seu povo.

Ester, por sua vez, torna-se rainha em corte estrangeira e, através de sua sábia intervenção, salva os judeus.

A importância fundamental dessa memória é de refazer a história bíblica como uma história também das mulheres, história na qual elas

tiveram um papel que nem sempre foi reconhecido. Supera-se em parte o "machismo" que produz uma cronologia histórica puramente masculina: Abraão, Moisés, Juízes, Profetas, Jesus...

A mulher parece ausente na história, e com isso a ausentamos também das Escrituras. Recuperá-la é também devolver às narrações bíblicas a força da história que se constrói em coletividade e num esforço conjunto de homens e mulheres.

Estas afirmações nos conduzem a um segundo aspecto situado na mesma orientação. Procurar ler a Escritura e particularmente o Novo Testamento com a pergunta: onde está a mulher? o que estaria fazendo? Mesmo se o texto não nos responde, poderemos torná-la presente através da imaginação. Para isso, seria interessante conhecer mais os costumes das mulheres do tempo de Jesus e dos tempos da Igreja primitiva. Desta forma, mesmo se o texto revela sua ausência, ela se torna presente na vida da comunidade cristã de hoje. Tal "artifício" vai nos habituando a perceber também, que o texto não diz toda realidade, que ele oculta mais do que desvende, especialmente no que se refere à vida e ação das mulheres.

Esta tarefa poderia ser assumida especialmente pelas religiosas, já numerosas, que trabalham com a Bíblia nos meios populares. É uma tarefa desafiante que, pouco a pouco vai introduzir nos diferentes grupos populares estudiosos da Escritura, uma nova maneira de apreender sua mensagem central e uma nova perspectiva em que homem e

mulher são igualmente construtores da História e do Reino.

CONCLUSÃO

Para concluir essa pequena reflexão, talvez seja interessante voltar rapidamente ao Sínodo de 1985, tentando iluminá-lo com as três interpelações que desenvolvi anteriormente.

Não é de se espantar que os textos do Sínodo quase nada disseram das novidades da Vida Religiosa que se estende por todos os continentes. Também as grandes questões sobre a justiça social, sobre os pobres, os oprimidos da terra não apareceram como tônica, mas apenas de forma tímida e hesitante, como bem explicitou D. Aloísio Lorscheider (7) na sua comunicação/avaliação sobre o Sínodo. Tal constatação dificulta a tarefa a que eu me propunha na conclusão, ou seja, a de iluminar o texto do Sínodo ou melhor os textos, a partir do novo contexto onde se desenvolve a vida religiosa no Brasil.

Distanciando-se de certa maneira do Concílio Vaticano II, o Sínodo parece limitar os problemas do mundo à Igreja, parece reduzir sua estatura insistindo numa "volta ao sagrado" como uma possível saída para as diferentes situações eclesiais desencadeadas sob o impulso criador do Concílio.

Se tal postura é problemática para toda a Igreja, ela o é para a vida religiosa também. A "volta ao sagrado" na vida religiosa pode ser considerada como uma proposta pré-conciliar, uma proposta de recuo,

que terá sem dúvida, seus seguidores e seguidoras. Estes e estas preferirão a segurança dos modelos pré-estabelecidos, das definições claras, da estabilidade em que o poder não-participativo pode imperar com mais facilidade, ao turbilhão de problemas e à insegurança que religiosas (os) inseridos nos meios populares enfrentam junto aos pobres.

A "volta ao sagrado" é indicadora de um controle maior da Instituição romana que, de certa forma, pode matar o profetismo na vida religiosa, ou seja, aquela dimensão tão característica, desde os primórdios da vida religiosa, de ser uma voz que clama "para que se endireitem os caminhos do Senhor" para além das leis estabelecidas.

A "volta ao sagrado" poderá ser também, se não estivermos atentas, uma espécie de renúncia aos compromissos assumidos com os pobres, compromisso de presença, solidariedade, luta comum por um mun-

do onde a vida seja mais respeitada e promovida. Finalmente, a "volta ao sagrado" pode significar volta a formas de vida religiosa historicamente ultrapassadas que poderão ainda servir para minorias que buscam segurança e estabilidade, mas não poderão servir às forças de transformação dessa história.

Aquelas e aqueles que deram o passo da aliança com os empobrecidos, que estão atentas e atentos às interpelações do Espírito para o nosso tempo, não poderão, sem trair o Deus da Vida, sem se desviar dos caminhos de Jesus de Nazaré, se sentir "chamados" à "volta ao sagrado".

Se é verdade que o Espírito sopra onde quer, tentemos sentir seu sopro lá onde estão os pobres, lá onde estão as mulheres, pobres entre os pobres. Elas e eles são habitação de Deus, sua morada viva, seu Templo Sagrado, construtores de seu Reino.

NOTAS

(1) cf. SEDOC Vol. 17/180, abril 1985. (2) cf. SEDOC Vol. 18/192, junho 1986. (3) Idem. (4) Rosado Nunes, Maria José, **Vida religiosa nos meios populares**, Ed. Vozes, 1985. — Gebara, Ivone, **Educação popular: sementes de um mundo novo**, Convergência Jul./Ag. 1982. — Gebara, Ivone, **Reflexões sobre a missão do religioso educador**, Convergência, Out. 1980. — Gebara, Ivone, **Vida religiosa e educação popu-**

lar, Convergência Jul./Ag., 1984. (5) cf. Jeremias, J., **Jerusalém no tempo de Jesus**, Ed. Paulinas, 1983. (ver cap. XI — Apêndice — "A situação social da mulher"). (6) cf. Bidegain de Urán, Ana Maria, **Sexualidade, Vida Religiosa e situação na América Latina**, in "A mulher pobre na História da Igreja latino-americana" — CEHILA Ed. Paulinas, 1984. (7) cf. SEDOC Vol. 18/192, junho de 1986. □

É possível buscar a face de Deus mesmo devorado pelas exigências do serviço aos irmãos, pois as próprias coisas, em si, efêmeras, são sinais impregnados da transcendência de Deus (*Pe. Marcos de Lima, SDB*).

VIDA RELIGIOSA FEMININA: ROMPENDO O ANONIMATO

Desencadear uma sábia revisão. Perguntar-se destemidamente: que papel, nós Religiosas, deveremos continuar desempenhando? Que metas nos propor? O que temos a oferecer à Igreja? Que espera de nós o povo?

Irmã Olímpia Gaio, FAP

Estou como diante de um bordado, tecido bonito, trabalhado por milhares de mãos. Dedos de diferentes condições, tamanhos e cores... Tudo feito com imenso amor e carinho, entrelaçado com fios de esperança. Porém, nem sempre foi fácil **costurá-lo.**

O esforço de milhares de religiosas, sempre mais próximas entre si e nos vários institutos; a busca constante em direção ao essencial; a seriedade em responder à dimensão profética — elemento constitutivo da Vida Religiosa —; a crescente participação na vida da Igreja; sua presença eficaz nas CEBs; a incansável tentativa em deslocar-se para junto dos mais desiguais e sua atuação junto às classes populares, nos leva a afirmar: a caminhada da prática libertadora, das CEBs; as novas formas de ser Igreja, o ecumenismo de base, tudo isto avança e se for-

talece. A mão da mulher religiosa ali está.

Este construir é marcado pela conversão pessoal, comunitária e dos próprios institutos. E nem sempre sem contradições, conflitos, renúncias, até com rupturas.

O contacto direto da religiosa com os espoliados tornou-a consciente da marginalização sócio-econômica e política de que são vítimas milhões de seres.

Ela compreendeu ainda que, entre os discriminados, o silêncio maior foi imposto à mulher. Sentindo-se ela mesma incluída. E nesta relação direta com a mulher pobre, a religiosa põe-se a escutar o próprio silêncio. A experiência da fala, do balbucio dos calados, é conquista, é milagre e vem humanizando a todos.

A razão disto está na incapacidade dos opressores de fazer propostas, no seu fechamento sobre o poder, na sua preocupação em manter o status quo, gerando total ausência de criatividade e de expansão da vida. Por outro lado, a autêntica e real mudança se verifica somente quando a categoria dos excluídos aumenta seu nível de aspiração e propõem-se objetivos anteriormente considerados inatingíveis; amplia sua visão, rompendo os limites que lhe foram impostos. Descadeia então necessariamente, e quiçá irreversivelmente, o processo de libertação.

A mulher religiosa na Igreja pós-conciliar, lenta mas firmemente, torna-se consciente do seu potencial, e começa fazer história. Demonstra sua fibra, audácia, perseverança e resistência. Neste processo de engajamento, como Maria, aprende a dizer "não", sem diminuir a força do seu "sim". Para senti-la, é condição sine qua non estarmos abertos e sensíveis, dar-lhe espaço e possibilitar-lhe a recuperação da memória.

Para dar este nosso perfil da caminhada da Vida Religiosa feminina no Brasil nos últimos 20 anos, significativo número de pessoas colaboraram através do relato de suas vivências; são lideranças de congregações, cuja atuação foi significativa no processo de implantação do espírito e das propostas do Concílio.

Todos os Institutos foram tocados — com intensidade diversa e peculiar — pelo Vaticano II. E no processo constaram elementos co-

munis. Especialmente no ponto de partida: revisão "ad intra". Os capítulos especiais na sua grande maioria, trabalharam as mesmas questões, tais como: reforma nas vestes, descentralização de governos, releitura do carisma, estudo dos documentos conciliares, reelaboração das constituições. A busca de conversão interna dos Institutos preparou o segundo momento: redimensionamento das obras, mudança de lugar geográfico até à descoberta de que a Vida Religiosa — como carisma — existe em vista da missão. Tocada pelo clamor dos pobres — critério para o engajamento —, com a conseqüente abertura para a dimensão histórica e para a realidade político-econômica do país e pela nova consciência eclesial, encaminhou a passagem do sentido de consagração-reserva para a consagração-missão. Esta redefinição da Vida Religiosa abriu horizontes para novas experiências que desabrocharam em novas maneiras de ser da Vida Religiosa.

Foram significativas as primeiras conquistas em direção a maior comunhão nas comunidades, agora com número menor de membros, possibilitando relacionamento mais pessoal, privilegiando a mútua ajuda e um tratamento mais personalizado, superando o anonimato. Para a mulher religiosa, foi um precioso ensaio. Sentir-se convocada a tomar decisões, mesmo que pequenas, participar no processo de discernimento nas transferências, propor alternativas em direção à opção pastoral, foram avanços no crescimento de sua consciência como sujeito de sua história.

1. LIVRE DAS VESTES, MAIS LIVRE PARA O POBRE

Inegavelmente, a partir do Vaticano II e das Conferências de Medellín e Puebla, a Vida Religiosa tornou-se mais atenta aos apelos da Igreja e ao compromisso com o pobre. Uma Congregação assim se expressou: “Verificamos o revigoreamento do elan missionário, o surgimento de um novo clima de esperança, alegria e otimismo; maior comprometimento com a missão específica da Congregação, envolvendo as irmãs, porque convictas dos verdadeiros valores da Vida Religiosa”. Acrescente-se a isso o empenho maior com a transformação da realidade, respondendo aos desafios da época e a preocupação em conhecer a realidade global do Brasil, situando-o na América Latina e no mundo.

Esta preocupação com o contexto social, inserindo a Vida Religiosa nele, trouxe à mesma um compromisso concreto com a justiça: denúncia das opressões, da dominação e da situação do povo.

Os avanços foram visíveis em várias direções. Destacamos especialmente a formação e a inserção. Estes continuam sendo elementos importantes para manter e aprofundar a caminhada profética da Vida Religiosa.

1.1. Formação: na e para a inserção

A formação vista antes em função do próprio instituto passa a ser entendida como processo permanente, inserida e engajada na vida do povo e na Igreja Particular en-

fatizando a missão. A figura da **mestra** foi substituída pela comunidade formadora. Este processo novo, global nos seus conteúdos, na vivência com maior partilha, inserido no meio popular, assumindo estilo de vida simples e comprometida, marcando presença amiga e solidária junto aos empobrecidos, trouxe — conforme uma grande Congregação — a contribuição de que: “o povo é agente formador”.

No seu livro **CAMINHOS DE LIBERTAÇÃO LATINO-AMERICANA**, Enrique Dussel, em 1984, afirma: “O pobre precisa de uma religiosa libertada, como mulher, que o liberte. Como vai libertar o pobre se está travada dentro da comunidade com uma porção de falsas opções?” Em seguida Dussel continua analisando como, nas casas religiosas, a formação podia ser deturpada: ... “uma garota já profundamente alienada por uma cultura, entra para um noviciado, onde freqüentemente começam aliená-la a um varão místico, inexistente como tal, e, por sua vez, a dar-lhe uma quantidade de trabalhos internos da comunidade, que terminam alienando-a ainda mais que uma dona de casa... e não é vista de forma alguma, profeticamente proclamando a Palavra de Deus, pedagogicamente no rádio, na televisão, no cinema, não é eleita deputada, nem sindicalista. O noviciado é o tempo em que a garota deve se libertar como mulher, primeiro, e uma vez libertada como mulher e diante da possibilidade de não ter um varão que a aliene, tem a capacidade su-

prema de ser livre, numa sociedade em que a mulher ainda é alienada culturalmente. Livre, então, pode libertar a mulher, o varão, a criança, o ancião" (2:118).

Evidentemente, se voltarmos algumas décadas, percebemos muito de verdade nas afirmações deste filósofo latino-americano. No entanto, já temos sinais de redimensionamento, de avanços no processo de encaminhamento na formação nos noviciados. Porém, resta muito por conquistar. Os primeiros passos foram dados. Impõe-se agora uma exigência não só de continuidade, mas de aprofundamento cada vez maior.

1.2. Inserção: na Igreja Particular e nos meios populares

Outra conquista importante foi a inserção de pequenos grupos de irmãs no meio do povo, nas áreas interioranas e prioritárias das Igrejas locais e também periferias das cidades. Ali a Vida Religiosa revestiu-se de dimensões proféticas, passando a vivenciar o essencial, questionando a própria instituição. Surge um novo tipo de presença, de solidariedade, amizade, serviço, simplicidade de vida, comprometimento com o pobre. A vida fraterna é enriquecida pela maior igualdade, testemunho de unidade, comunhão de ideal e alimentada por uma espiritualidade que nasce do compromisso pela libertação.

A convivência com o povo, num estilo de vida simples, contestando e denunciando a situação de injustiça organizada, o acompanhamento

às CEBs, a participação nas várias pastorais, o apoio aos movimentos de reivindicações populares, exigiu da religiosa a busca de aprofundamento. Intensificou-se a participação em encontros, cursos e estudos nas diversas áreas, realizados a partir de uma visão do oprimido e orientada por assessores comprometidos com a caminhada de libertação. E neste particular merece destaque a abertura de várias Congregações, convocando mulheres para assessorar seus capítulos, encontros e até mesmo como pregadoras de retiros e como visitadoras.

Este caminho percorrido, a nova visão adquirida na convivência com o povo, o novo lugar social, a postura nova assumida em relação ao mundo do trabalho, o contacto com as diversas tendências nos movimentos sociais, nos partidos políticos, nos sindicatos, trouxe experiências novas e crescimento na consciência do potencial evangelizador que a mulher religiosa detém.

O envolvimento terno, amoroso, compassivo e igualmente corajoso da mulher religiosa inserida nos faz lembrar a postura de Jesus em relação ao rebanho: "Tenho pena deste povo".

Mostra-se ela eficaz com sua presença, aprendendo e ensinando formas de organização que respondam de fato aos interesses da classe oprimida.

Não é fácil a tarefa de falar da religiosa, nem mesmo dentro de um período mais limitado, como o pós-conciliar. Encontramos poucos registros históricos sobre a mulher na

Igreja em geral. Além das mártires e algumas grandes santas, poucas são citadas na História da Igreja. É

fato notável o destaque conferido às duas doutoras: Teresa D'Ávila e Catarina de Sena.

2. RELIGIOSA: MULHER COM AS MULHERES DO POVO

Prescindindo dos registros históricos — demasiadamente escassos — a questão da mulher religiosa, após o Vaticano II, não pode ser desvinculada da mulher no mundo e na sociedade. A Igreja conciliar, situando-se no mundo, é solidária com as angústias e esperanças de todos os homens, pôs-se à escuta e percebeu o fenômeno da emergência da mulher como sujeito responsável e participante, que reivindica igualdade de direitos, e de companheira do homem na luta pela construção de uma sociedade justa. Na Igreja constatamos alguns avanços das mulheres na ocupação de espaço, assumindo cargos de liderança, e na conquista da palavra. Por outro lado, podemos entrever, de maneira até bastante nítida, fundamentais carências.

A respeito disso citamos, a seguir, depoimentos de congregações, salientando exatamente os campos onde houve saltos qualitativos; e podemos entrever, nos mesmos relatos, também os entraves: “O deslocamento das irmãs para as periferias, seu compromisso pastoral com a Igreja local e o seu preparo maior (encontramos cada vez mais religiosas estudando teologia, filosofia, economia, direito, etc.), provocou certa reação de alguns setores da Igreja. Os padres começaram a “reconhecer” mais esta competência. As religiosas passaram a assumir trabalhos de liderança, de coordenação...

... Mesmo assim, percebemos o descompasso entre a preparação dos padres e o das irmãs. Isto na prática causa problemas, até para o povo... Na orientação pastoral existe atualmente um certo **conflito** na maneira de conduzir a comunidade; de um lado o povo tem necessidade do ministério do sacerdote e mantém uma **imagem de padre**. De outro lado, prefere as irmãs pelo seu **jeito** de conduzir a comunidade”.

Afirma outra Congregação: “Já tivemos que fechar comunidade por **incompatibilidade** com o vigário. Por não aceitar **mulher que decide**. Temos que continuar submissas? Desafiador é formar gente corajosa, sem **submissões**. Caso contrário, a Igreja continuará sem a força do feminino. A não valorização do trabalho da religiosa é uma realidade por superar”.

Evidenciou-se — além de outras realidades — que numa situação de conflito, a preferência, no momento decisivo, é reservada ao padre. Ele detém um poder maior na economia da salvação. Não será necessário rever a questão da valorização de todos os ministérios na Igreja?

Outro instituto revela igualmente que a estrutura social e eclesial é discriminatória em três esferas fundamentais: econômica, cultural e política. Afirma: “Frente à realidade de uma verdadeira inserção, en-

frentamos a situação desagradável de a religiosa ser, por muitos sacerdotes, considerada apenas como ajudante de paróquia. Desvalorização até material, quando se trata da remuneração do trabalho da religiosa”.

O contacto direto com as mulheres do povo, no qual as religiosas estão inseridas, a luta pela organização e solidariedade com as companheiras que partilham a mesma vida; despertaram nas próprias religiosas, problemas especificamente femininos (violência contra a mulher, aborto, prostituição, o drama da mãe solteira, relações sexuais, etc.), tornando-as mais atentas à sua própria condição. Uma Congregação assim se posicionou: “Na caminhada e no assumir a nossa feminilidade houve a quebra de tabus e de preconceitos”.

Outro grupo de religiosas, percebeu tais problemas da mesma maneira. E se expressou assim: “Tentamos viver e testemunhar nossa fé como mulheres inseridas no meio de outras mulheres. No lugar social onde a experiência de opressão da mulher se soma à experiência de opressão dos pobres. Nesta situação de sofrimento, a fortaleza, tenacidade, perseverança, caracterizam muitas mulheres do meio popular: mulheres de fibra. Conservam, a exemplo de Maria, uma capacidade de ação de graças da qual encontramos uma síntese no canto do Magnificat”.

A vivência cotidiana das religiosas inseridas junto às mulheres do povo, participando da sua vida dura, realizando tripla jornada de trabalho (doméstica-pastoral-profissio-

nal, para garantir a sobrevivência); levam-nas a descobrir as próprias discriminações na Igreja na direção das três esferas acima referidas: do ter, do poder e do saber. Encontramos depoimentos tais como: “O poder de decisão da Igreja está centralizado nos bispos e padres. Pouca vez para os leigos de modo geral e para as mulheres, de maneira especial. A Igreja não prepara leigos para integrar seus quadros. Os leigos e as religiosas executam os planos e documentos elaborados pela hierarquia.”

No que se refere à posição da mulher dentro da estrutura religiosa, pode-se dizer que, como se tem observado em outras instituições, quanto mais alto o posto, mais rara a presença da mulher. Primeiramente isto se deve ao fato de que as funções mais nobres do sacerdócio estão reservadas aos homens. E, apesar das reivindicações levantadas por mulheres — religiosas e ou leigas — no sentido da igualdade de direitos, o Papa João Paulo II afirmou em 1979 que “não se trata de uma questão que envolve direitos humanos... O dom do sacerdócio é decidido por Deus... e, nessa direção a mulher está excluída” (Jornal da República, 5.10.1979).

Será que as mulheres terão que conquistar dos padres seus lugares perante Deus, ou será que seus irmãos terão a capacidade para aceitá-las, após séculos de discriminação, como irmãs de um novo tempo de libertação para a Igreja?

Certas resistências em tratar a temática da mulher encontram justificativas na consideração de que “o

importante é a luta do povo”, o que quer dizer, as determinações das classes. Tal posicionamento, porém, pode significar uma armadilha. A superação político-econômica do capitalismo ou outro sistema, não quer dizer a superação automática dos problemas que se colocam a nível ideológico-cultural. As experiências atuais de construção de sociedades socialistas recolocam esta questão. Elementos culturais fortemente introjetados, como o da dominação masculina, não se alteram senão num longo processo de reeducação de homens e mulheres. Tal processo não pode ser transferido para um momento posterior à superação das contradições fundamentais. Deve ser instaurado no instante mesmo em que começa a ser gestado o projeto de uma nova sociedade. Ainda que se coloquem prioridades, o esforço para a formação de mulheres e homens que convivam relações de efetiva igualdade, tem que se dar no interior mesmo da luta de transformação total da sociedade.

Embora as mulheres reconheçam que a dominação a que estão submetidas apresenta elementos específicos, consideram-na como uma das dimensões da totalidade maior. Por isso, sua prática libertadora desenvolve-se nessa perspectiva, isto é, referindo sempre à luta específica da mulher na luta mais ampla pela transformação das estruturas de do-

minação capitalista. Coerentemente com essa posição, a proposta das mulheres para a sua emancipação é compreendida como luta comum de mulheres e homens.

Ouçamos os relatos: “Em nossos trabalhos, junto ao povo, não focalizamos a libertação da mulher em sua especificidade, mas no conjunto da comunidade”.

Tal postura, porém, não as impede — bem como aos homens — de reconhecer que a emancipação da mulher é obra dela mesma, e de propor sua organização em movimentos específicos e uma luta a partir dela mesma. Em outras palavras: a emancipação das mulheres pode somente resultar da luta delas mesmas quando se tornarem uma efetiva força política. Para tal faz-se necessária a formação de movimentos de mulheres politicamente conscientes, disciplinadas e bem organizadas, e uma clara definição de seus objetivos e métodos de luta, bem como dos direitos pelos quais as mulheres devem lutar.

Encontramos grupos de religiosas agentes de pastoral, se reunindo para refletir questões específicas. Priorizam a organização, a luta e a reflexão com outras companheiras. Várias Congregações já incluem como temática dos seus capítulos gerais e ou provinciais, a situação da mulher consagrada.

3. PRESENÇA NA INVISIBILIDADE?

Todo trajeto de conquistas inclui igualmente dor, conflitos, renúncias, até rupturas. É dialético. Percebemos tensões em vários níveis, e

reações as mais diversas. Há descompassos na caminhada. Encontramos pessoas resistindo à mudança tanto a nível de Instituto (consti-

tuições — normas), como na linha de engajamento (inserção — missão).

Nossa decisão neste momento é levantar quais os mecanismos impedientes da agilização e da conquista de vida mais igualitária das religiosas em sua Igreja. Se por um lado a religiosa está massivamente presente, inclusive em lugares de vanguarda, permanece todavia ausente nas instâncias decisórias, até mesmo nas questões que lhe dizem diretamente respeito.

Conforme Pe. Marcello de Azevedo “a Igreja é até mesmo um dos últimos redutos radicalmente anti-feministas na ordem prática e, paradoxalmente, no plano dos princípios, uma das mais ativas propugnadoras da promoção e libertação da mulher no mundo atual” (1:109).

Tantas irmãs nossas, cerceadas por inúmeras estruturas, conseguiram abrir caminho; mais teriam conseguido se nossa Igreja, nos seus discursos, documentos e de fato, compreendesse a urgência de dar-lhe pleno aval em todos os campos, como elas realmente têm direito. Numa época em que a mulher, com razão, esta reivindicando sua plena personalidade humana, com todas as implicações concomitantes quanto à participação na vida social, política e econômica, depara ela com uma doutrina eclesial que destoa de sua auto-identidade em desenvolvimento. Basta olharmos rapidamente para os documentos oficiais da Igreja, a iniciar pelo Código de Direito Canônico. Parece-nos — legalmente falando — que as mulheres são consideradas como

parceiras desiguais na obra co-re-dentora.

No novo CDC, trabalhado durante mais de duas décadas, não encontramos alterações substanciais no que se refere à mulher. Ele não traz todos os avanços desejáveis em termos da atuação da mesma, sobretudo na liturgia. A discriminação continua expressa com toda a intensidade no cânone 230, parágrafo 1.º, segundo o qual somente “os leigos varões” são admitidos aos ministérios estáveis de leitor e acólito, e também a homilia é reservada ao padre e ao diácono. Isto significa que as mulheres só podem ler nas igrejas, em caráter supletivo. Finalmente, apesar das provas nada convincentes, o cânone 1024 prescreve: “Só um varão batizado pode receber validamente a Ordenação Sagrada”. É exatamente nisto que se mostra a rigidez e dureza da instituição eclesial, uma vez que a tradição não contém nenhum princípio teológico fundamental que justifique a atual concentração do sacerdócio unicamente nos homens. Parece suficientemente claro — através das pesquisas realizadas até hoje que o limite colocado para a mulher é devido a um desenvolvimento histórico-sociológico e não exegetico, nem doutrinário ou teológico.

Apesar do Papa João XXIII, na Encíclica Paz na Terra, proclamar que a época atual é uma época em que a emancipação da mulher, juntamente com as dos econômica e politicamente oprimidos, e as reivindicações dos povos colonizados apontam o desgaste das tradicionais relações de dominação-dependência;

e também apesar de a Encíclica *Populorum Progressio*, de Paulo VI, focalizar a igualdade, o desenvolvimento e a paz como manifestação concreta do Reino de Deus na Terra, no entanto, os que lêem criticamente os vários tratados sobre a mulher nos Documentos Oficiais da Igreja não encontram explicitada e respeitada a igualdade fundamental para as relações fraternas.

O que é destacado sobre a mulher nos vários pronunciamentos da Igreja é a sua "natureza própria" e um "papel específico" a desempenhar na empresa humana.

É desnecessário frisar aqui como a ideologia do "próprio" e do "específico" tem servido à negação efetiva da igualdade; da parte da Igreja oficial percebe-se que, já que agora não é mais "moda" assumir uma atitude anti-democrática, reconhece aparentemente a igualdade da mulher, mas frisando as diferenças. Em outros termos: a igualdade é afirmada em palavras; mas na hora do reconhecimento efetivo da igualdade de direitos, as "diferenças" justificam a discriminação. Aliás, a tese da existência de diferenças inatas entre os sexos, que resultam necessariamente em diferenças de caráter, é muito antiga na religião e tem repercussões ainda hoje.

A Igreja tem evidenciado uma tendência a manter, embora disfarçadamente, a mulher subalterna ao homem e ligada a seu papel tradicional da maternidade.

No seu breve papado, João Paulo I exaltou as virtudes da maternidade, chegando mesmo a declarar

que "Deus é muito mais generosamente mãe do que pai". Essas posições e declarações em pouco ou nada contribuem para esclarecer a posição da Igreja como sendo em favor da igualdade da mulher.

A Igreja, dada sua estrutura centralizadora, pode sofrer profundo retrocesso se continuar na dependência das inclinações papais. Assim é que o atual Papa tem demonstrado nítida queda para posições mais conservadoras, inclusive quanto à participação maior da mulher dentro da Igreja.

O lugar da mulher nos Documentos Oficiais da Igreja pós-conciliar ainda é bastante restrito: uma frase em Medellín; alguns números em Puebla (317, 419, 834, 1134). Na Encíclica *Progresso dos Povos*, Paulo VI focaliza a igualdade, o desenvolvimento e a paz, como tradução concreta do Reino de Deus na terra. No seu discurso de 06 de novembro de 1974 ele sublinha: "Igualdade não se poderá encontrar senão em seu fundamento essencial que é a dignidade da pessoa humana, homem e mulher, em sua relação filial com Deus de quem é imagem visível".

Na Constituição Dogmática "*Lumen Gentium*", vemos a Igreja como Povo de Deus. O homem e a mulher são mencionados como elementos que possuem direitos e deveres iguais e que gozam da mesma dignidade. Diz-nos a *Gaudium et Spes*, n.º 9: "As mulheres reivindicuem, onde ainda não o conseguiram, sua paridade de direitos e de fato com os homens". É no n.º 29: "Qualquer forma de discriminação

nos direitos fundamentais da pessoa, seja ela social ou cultural, ou funde-se no sexo, raça, condição social, língua ou religião, deve ser superada e eliminada porque contrária ao plano de Deus..." E no n.º 60: "As mulheres já trabalham em quase todos os setores da vida. É conveniente, porém, que possam assumir plenamente, de acordo com a própria índole, o papel que lhes toca. Aqui, aparece o que analisamos anteriormente sobre a insistência em frisar a "índole própria" da mulher.

No Decreto "Apostolicam Actuositatem, n.º 9, lê-se: "Uma vez, porém, que, em nossos dias, as mulheres, cada vez mais, tomam parte ativa em toda a vida da sociedade, é de grande importância sua participação mais ampla também nos vários campos de apostolado da Igreja". Só que estes "campos" não comprometem as decisões unilaterais que ela toma.

No Documento "A Justiça no Mundo" — Sínodo dos Bispos em 1971 — encontramos: "... insistimos para que as mulheres tenham a sua própria responsabilidade e participação na vida comunitária da sociedade e também da Igreja" (n.º 42).

No Documento "A função da mulher na Evangelização" escreveu a Congregação para a Evangelização dos Povos: "Certamente muitas irmãs sofrem profundamente à vista do estado de negligência em que se encontram comunidades cristãs, ameaçadas pela perda de vitalidade e pela morte. Seus pedidos no sentido de lhe serem confiadas maiores responsabilidades pastorais

brotam dessa angústia e não dum espírito de pretensão, e deverão ser examinados com a simpatia e com a urgência que as circunstâncias requerem". Apesar da referência às "irmãs", o que essas palavras descrevem é compartilhado por muitas mulheres e homens que buscam um modo de envolverem-se mais plenamente no ministério da Igreja. A "urgência que as circunstâncias requerem" é grande, mas para os líderes da Igreja, ainda não é suficiente para entabular o diálogo, ouvir seus próprios membros e descobrir quão grandes riquezas de ministério estão prontas e à disposição para a obra de evangelização.

Uma última palavra sobre os Documentos: devido a razões de diversas ordens, geralmente de escassez de sacerdotes, há em toda a Igreja uma infinidade de mulheres — religiosas ou leigas — que desempenham de modo ordinário, ministérios ordenados. Por exemplo, leitoras, acólitas, distribuidoras da eucaristia, pregadoras inclusive na homilia da Missa dominical, administradoras sistemáticas do batismo, presidentes de enterros, etc. O ponto a que queremos chamar atenção é o descompasso paradoxal entre essa situação de fato e a legislação vigente. É impressionante o "motu proprio" de Paulo VI, Ministeria Quaedam (1972), sobre a reforma das ordens menores, sua mudança de nome para "ministérios" e sua redução às de acólito e leitor, com a importante inovação de poderem ser confiadas a seculares, não candidatos às ordens sagradas. Reservar ambos os ministérios a varões "segundo a venerável tradição da

Igreja", introduz uma discriminação dentro da própria vida secular, face a tais ministérios. É inclusive está totalmente defasado, já que suas funções específicas (inclusive outras superiores) vem sendo desempenhadas por mulheres já há anos. Semelhantes paradoxos publicados em todo mundo provocaram

notas de esclarecimento de diversas Conferências Episcopais. Este descompasso entre situação de fato e legislação, em vez de diminuir, tende a crescer com ameaça de dicotomia, hipocrisia e perda de autêntica autoridade eclesial. Impõe-se, portanto, uma revisão em profundidade.

4. ULTRAPASSANDO FRONTEIRAS: NO RISCO COM RESPONSABILIDADE

Nós, mulheres religiosas, participamos da mesma sorte que a mulher em geral, embora os campos de ação e as formas de vida sejam diferentes. E compartilhamos da mesma condição da mulher na Igreja onde o processo de participação se realiza ainda com mais lentidão do que na sociedade civil, conforme já provamos.

No campo da Vida Religiosa podemos afirmar que o processo de conquista de autonomia pessoal não é uniforme. É um processo que depende também de vários fatores. Se de um lado há setores e pessoas que aceitam a submissão e a docilidade sem murmurar, por outro lado, são muitas as que tomam uma decisão por atitudes críticas e comportamentos diferentes, próprios de pessoas livres e conscientes de sua responsabilidade pessoal e coletiva.

Portanto, olhando as coisas de dentro da própria Vida Religiosa, percebe-se que o processo de autonomia pessoal da mulher religiosa depende de sua integração no setor social em que vive ou trabalha, isto é, da sua inserção, como já afirmamos. Depende ainda da evolução de

cada congregação e da própria Igreja Particular.

Considerando as coisas pelo lado de fora, percebe-se que a caminhada depende de como nós mulheres fomos tratadas pela própria Igreja ao longo dos tempos. Voltamos a citar o Pe. Marcello de Azevedo: "A Igreja manteve durante séculos a atitude explícita ou implícita, conatural à civilização ocidental, que aceitava, e, inclusive institucionalizava, a passividade e submissão da mulher, neste caso da mulher religiosa" (1:119).

Não tivemos participação nas instâncias eclesiásticas de decisão, mas fomos benevolmente aceitas em ocupações domésticas ou burocráticas.

Com a aludida renovação do Concílio, fizemos uma mudança de lugar social para lugares mais necessitados de presença da Igreja. Com frequência, ao menos num primeiro momento, nos foram oferecidos trabalhos secundários, subsidiários. Nem sempre tem sido fácil para os demais compreenderem nossa capacidade de trabalho pastoral, embo-

ra reconhecemos que nossa preparação teológica era, por vezes, de fachada.

No entanto, são muitos os Institutos, e muitas as religiosas, que assumiram novo estilo de ser e de atuar: arriscando-se em decisões e buscas, assumindo os erros que acompanham o novo e o difícil. Este novo implicou exatamente uma nova concepção de Vida Religiosa e de sua missão.

Todo este lançar-se tem custado um alto preço, não suscitado inicialmente, porém aceito responsavelmente. O abandono dos trabalhos anteriores, deixar as obras próprias e assumir uma progressiva descapitalização em favor dos mais necessitados..., tensões dentro do próprio Instituto... Hoje, parece que vivemos tudo isso sem lamentações e sem culpar ninguém. De um tipo de religiosa dócil e calada, estamos passando, nesta etapa pós-conciliar, a um tipo de religiosa com ações renovadas, disponível e se preparando permanentemente para novos serviços e novos compromissos. No entanto, encontramos opiniões e pareceres mais melancólicos. Tais como: "Constato que os passos para o novo, dados pelas

irmãs até agora (salvo algumas exceções), foram feitos por quem enxergou e decidiu. Estas irmãs continuam atentas e corajosas. Mas quero dizer que quem quis mudar, mudou. Há bastante tempo, ninguém mais, aparentemente, muda em profundidade o seu rumo".

Junto com esta percepção, a mesma depoente acrescenta: "Penso que está acontecendo mais ou menos assim: depois de um arranco, quase heróico de muitas, uma acomodação das demais... Há também o contexto da Igreja a influir..."

Este contexto da Igreja estaria definido pela reflexão de outra Congregação, ao fazer uma avaliação do início da caminhada até o momento. Diz: "Consideramos que a Vida Religiosa ainda se encontra num impasse desafiador. Parece haver um "retorno" ou seja, uma "recuperação" do mais velho, o mais seguro, inclusive na Igreja. De outro lado, o Evangelho, a realidade, a História, o profético nos mostram claro que não podemos arrefecer, moderar as energias. Estaríamos apressadamente procurando um momento de síntese quando ainda precisamos permanecer na antítese?"

5. INTENSIFICANDO DISPOSIÇÕES, RAZÕES DE CRENÇA E ESPERANÇA

Decidida e irreversivelmente, a consciência da religiosa mudou. Passamos de uma identidade institucionalizada, onde a mulher ficava oculta, na dependência de uma obediência comum, para uma identidade própria, personalizada, diferente. Todavia ainda precisam ser dados

passos, no nível de reflexão: teológica, sociológica, antropológica e também na ação.

Todos os discriminados tem necessidade de ajuda para viver com coragem sua fé e sua libertação. E queremos destacar em especial a

mulher. Ela precisa de muita ajuda para superar sua timidez e passividade, e para poder continuar a auto-afirmar-se. A religiosa pode colaborar nesta direção. É naturalmente ser ajudada. Ela deve ser solidária com todas as mulheres e inclusive com aquilo que lhes diz respeito com relação à Igreja.

É necessário acrescentar a esta reflexão o levantamento de alguns desafios que as mulheres fazem a si mesmas se querem amadurecer e avançar neste processo desencadeado:

— Tomada de maior consciência de nossa identidade e missão na Igreja. Certamente a Vida Religiosa feminina cumprirá sua missão na medida em que descobrir sempre mais sua identidade e encontrar formas adequadas de expressar seu seguimento de Jesus Cristo;

— Desencadear honesta e sinceramente uma sábia revisão. Perguntar-se destemidamente: que papel, nós religiosas, deveremos continuar desempenhando nestes anos pós-conciliares? Que metas deveremos nos propor realmente? O que verdadeiramente essencial temos a oferecer à nossa Igreja? Que espera de nós o povo?

— Ampliar o que já vem acontecendo, na direção de uma maior reflexão sobre este assunto, em nível de Congregações, sobretudo em momentos importantes, como: capítulos, assembléias, reuniões comunitárias, encontros inter-congregacionais, etc., para que esta reflexão seja impulso vital dos Institutos e da Vida Religiosa como um todo,

e não fique reduzida apenas a grupos mais ou menos inquietos;

— Maior preparação teológica e científica para fundamentarmos, nós mesmas, mais e melhor, a atividade e a reflexão em que estamos imersas e assim dar forma própria à criatividade, às intuições e critérios, às buscas e realizações;

— Finalmente, é importante “aprendermos a nos ouvir. Nos entender. E nós perdemos o hábito disto. Tudo nos foi ensinado. Planejado para nós. Previsto em nosso nome. Cuidadosamente orientado para o “nosso bem”. Não precisávamos pensar. Pois não tínhamos nada a dizer. E nem devíamos tentá-lo. E com isto, muitas de nós — ou todas? — aprendemos a nos desligar. Começamos recebendo a comunicação, alto e bom som, porque feitas “menores”, “pequenas”, “irmãzinhas”. E, quando somos pequenas as vozes dos outros são muito mais altas e seguras que a nossa. É mais fácil fazer o que os outros dizem. Eles já tem tudo esquematizado, e nós estamos apenas começando a juntar as coisas. O que podemos oferecer a nós mesmas para vencer isso? Descobrir a fala — a linguagem — demanda prática. Temos que nos encorajar a dizer o que há. “A verdade vos libertará”.

CONCLUSÃO

Estamos vivendo esta busca como uma exigência de realização pessoal nossa, de mulheres consagradas, ao mesmo tempo como uma oferta de nossa riqueza, a qual queremos que se transforme em maior contempla-

ção e dinamismo, operante no seio da Igreja.

Sabemos que possuímos força qualitativa e quantitativa capaz de gerar vida abundante.

O reconhecimento do peso quantitativo — somos cerca de 39 mil mulheres religiosas no Brasil — e qualitativo — presentes nos mais diversos campos de ação — que temos no interior da Igreja e da sociedade, faz com que continuemos buscando incansavelmente o tipo de religiosa que queremos formar.

Finalmente, cremos que este processo de renovação da Vida Religiosa não pode ficar infecundo para o

florescimento de novas vocações, atingindo jovens inquietas para quem nós, religiosas, podemos ser sinal eficaz de vida cristã comprometida; ser uma forma alternativa de vida feminina plena, em meio a uma sociedade onde a imagem da mulher é tão manipulada em favor de interesses consumistas, alheios à dignidade de toda pessoa humana e do evangelho, e que tantas mulheres repelem.

BIBLIOGRAFIA

1. AZEVEDO, Marcello de. *Os religiosos, vocação e missão*. RJ, Publ. CRB, 1982.
2. DUSSEL, Enrique. *Caminhos de libertação latino-americana*. SP. Ed. Paulinas, 1984.

Eis a questão: quem é Jesus?

Bíblia — “Quem dizem os homens ser o Filho do Homem?”, Mt 16, 13.

Leitor — Eis a questão: *Quem é JESUS?* E não se trata de teorias. Sem uma resposta existencial a respeito da pessoa de Jesus, não há fé, nem vida cristã, nem Igreja. Jesus é aquele fora do qual não há outro a quem se dirigir. Jesus é aquele fora do qual não há salvação. Jesus é aquele pelo qual tudo se decide em minha história da terra e em minha esperança do céu. Só isto? Se lhe faltar inspiração, como a mim, faça silêncio. No turbilhão das vozes anônimas, a voz dEle requer silêncio para ser ouvida. Atenção, pois.

Jesus — Eu sou sua Vida, sua Verdade, seu Pastor, sua Luz, sua Porta, sua Liberdade, sua Segurança, sua Comida, sua Bebida, seu Rochedo, sua Paz, seu Canto e seu Descanso, sua Meta... “Vinde a mim. Ninguém conhece o Pai senão aquele a quem o Filho o quiser revelar”, Mt 11, 25-30.

Leitor — Tudo está aqui: Ver o Pai. Jesus é o Caminho, o ponto de encontro da criatura e do Criador. Este Caminho só se franqueia a partir da aceitação e da adesão ao seu *nome*, à sua *pessoa*, à sua *ação*. Nada se faz mecânica e passivamente, com ressaibos de predestinação. Nada se resolve por decurso de prazo. Jesus nada revela e nada significa para quem não assume corajosamente, com todas as conseqüências de conflito e violência, à sua práxis (*Pe. Marcos de Lima, SDB*).

O MENOR PROFETA?

SOBRE O TEMA DA CAMPANHA DA FRATERNIDADE DE 1987

A espiral do não-afeto vai gerando cada vez mais pessoas difíceis, agressivas, violentas, porque a experiência desses menores os fez mais próximos da morte que da vida.

Pe. João Batista Libânio, SJ

Belo Horizonte, MG

Feliz coincidência. Esta Semana Ecumênica do Menor celebra-se no início de outubro quando ocorre a festa de São Francisco. Precisamente hoje, 4 de outubro. De certa maneira, São Francisco, no seu tempo e a seu modo, foi alguém de extrema sensibilidade para aquelas levas de pobres que começavam a ser geradas pelo incipiente capitalismo, na alta Idade Média. Seu espírito está vivo até hoje na Igreja, que se preocupa, de modo especial, na próxima Campanha da Fraternidade, com um pobre muito especial: O menor carente.

A gravidade desse problema não escapa a ninguém. Ontem mesmo, no Jornal Nacional da Globo, noticiamento. Mas no primeiro movimento feita entre os paulistanos sobre os problemas mais urgentes que afetam a cidade. Em terceiro lugar, vinha o do menor carente, logo depois dos problemas da segurança e abastecimento. Os dois primeiros problemas refletem essa tendência da sociedade moderna de preocupar-se consigo mesma: segurança e abastecimento. Mas no primeiro movimento de abertura, suas atenções voltaram-se para o Menor. Ele veio romper essa concentração da sociedade sobre si mesma.

Palestra pronunciada na Semana Ecumênica do Menor, São Paulo, outubro de 1986. O texto, tomado de gravação magnetofônica, foi revisado pelo Autor e conservou o estilo coloquial de palestra.

Para nós, aqui presentes, o problema do menor é muito mais grave que o do abastecimento. Pois, sabemos, que este problema aflo-rou no momento, em conexão com o Plano Cruzado que provocou a

sonegação de vários produtos, especialmente da carne. De fato, podemos passar muito bem sem carne durante um mês, mas torna-se-nos insuportável para nossa consciência o escandaloso fato de 36 milhões menores carentes. Nenhum de nós morreu, nem emagreceu pela falta de carne, nem teve deficiência de proteínas que nos afetasse o desenvolvimento do cérebro. Mas esses 36 milhões de menores, esses sim, pela falta de proteína terão provavelmente o cérebro prejudicado para o resto da vida. Carregarão as sequelas dessa vida de carência, miséria, fome habitual.

A gravidade desse problema despertou as igrejas, nas suas diferentes pastorais. A Campanha da Fraternidade do próximo ano não se orienta simplesmente para despertar ou reforçar a pastoral do menor, visa a muito mais: Sacudir a consciência da nação — não só dos cristãos — para as gigantescas proporções do problema do menor carente. Talvez nos custe dar-nos conta de tal problema, já que nenhum de nós foi menor carente. Não temos experiência de que é uma vida, iniciada e vivida nos seus anos mais lindos, sem nenhuma proteção, jogada para dentro de uma sociedade hostil.

Um escritor russo, citado frequentemente por G. Gutierrez, afirma lapidarmente: "A fome do pobre é para ele um problema material. Mas para nós é espiritual". Assim, o problema do menor carente é para ele fundamentalmente e inicialmente um problema material, de condições materiais de existên-

cia: ele precisa de subsistência, de uma série de alimentos materiais para viver dignamente. Mas para nós é um problema espiritual, problema que toca à estrutura mesma de nossa fé.

Alguns criticam as igrejas cristãs da América Latina por estarem demasiadamente envolvidas em problemas materiais, esquecendo-se dos espirituais. Tais pessoas não têm a mínima idéia do que seja um problema espiritual. É uma obtusidade pensar que preocupar-se com os pobres, com os menores abandonados, seja um problema meramente material. Na verdade, é profundamente espiritual.

Não deixa de ser interessante que nós, com tanto estudo e tanta cultura livresca, não percebamos algo que o povo simples consegue captar com tanta facilidade. Certa vez, o Frei C. Mesters falava para gente muito simples. Falara-lhes que tinham saído no jornal, naqueles dias, advertências do Papa João Paulo II aos sacerdotes e religiosos para que cuidassem mais dos problemas espirituais dos fiéis que dos problemas temporais, materiais. E Frei Mesters perguntara-lhes que lhes parecia tal alerta. Um camponês, com toda simplicidade, retrucou: — "Frei, o Papa tem toda razão. Tá muito certo. Tem muito padre por aí só preocupado com os problemas materiais: construção de igreja, coletas e esquecem-se de nossos problemas espirituais, isto é, de nossa fome, nossa pobreza, nossa condição desumana de vida".

Realmente, o menor carente é grande problema espiritual das igrejas cristãs da América Latina. O

pastor Milton Schwantes p o d e r á aprofundar em sua palestra o sentido de “espiritual” na Escritura, mostrando como o problema do menor carente é realmente, profundamente espiritual para todos nós aqui presentes. Tanto mais necessitamos dessa explicitação bíblica, quanto mais estamos envolvidos por uma concepção espiritualista de matiz grego, que corta dicotomicamente os planos espiritual e material tão radicalmente.

Logo de início, cabe fazer rápida **tipologia dos menores carentes**. Há um tipo de menor carente “full time”. Se não fosse tão triste e trágica sua situação, diria com certo humor que é o “menor carente de tempo integral”, de “dedicação exclusiva”. É menor carente de dia e de noite. **É da rua e mora na rua**. Sua vida se passa toda na rua. Não dispõe de outro espaço humano, afetivo, que não a rua.

Há outro menor que alterna entre rua e casa. É menor de “tempo parcial” — “half time”. Passa parte do dia em casa, nalgum trabalho mais estruturado e a noite jogado nalgum lugar. É a hora da aventura. Ou vice-versa. Passa todo o dia pela rua e de noite consegue algum cantinho em casa para dormir. Durante o dia nem deve aparecer em casa. A ordem da família: vire-se para comer, passar o dia. E só tarde da noite volta para refazer-se um pouco do cansaço, dormindo nalgum cantinho da casa (barração) da família.

Um terceiro tipo de menor carente que, quer com algum membro da família, quer sozinho, **luta con-**

tra a pobreza durante todo o dia em pequenos biscates, catando lixo, pedindo esmola, limpando os vidros dos carros nos breves intervalos dos sinais de tráfego, etc.... Eles têm um mínimo de referência familiar, seja porque trabalham com a mãe ou o pai na luta contra a miséria, seja porque voltam à casa trazendo sua contribuição econômica regularmente. Portanto têm de conseguir algo durante o dia, nem que seja com pequenos furtos.

I. FENOMENOLOGIA DO MENOR

O problema do menor é complexo. Há diversos aspectos sob os quais pode ser considerado. De modo breve, indicaremos alguns que nos ajudem a situar melhor a reflexão sobre o menor carente.

1. Aspecto individual

Antes de tudo, o menor é uma pessoa, é um indivíduo. É cada um. E como pessoa, indivíduo, é profundamente afetado na sua condição biológica. Há problemas de lesões irreversíveis. No momento decisivo da constituição do sistema nervoso, da estruturação óssea, enfim no momento da constituição orgânica da criança e de desenvolvimento nos primeiros anos, a condição de miséria, em que o menor carente vive, vai marcá-lo definitivamente. São danos irrecuperáveis. Carências e deficiências irreparáveis. Permitam-me, a digressão. Na moral tradicional, ensinava-se que todo pecado de roubo ou de lesão aos direitos de outro, para ser perdoado, não bastava a simples confissão nalguma igreja, no tu a tu com o sacerdote.

O penitente devia reparar o mal causado, quanto possível. Restituir o objeto roubado, refazer o dano provocado, como condição para a absolvição. Imaginemos agora o nosso caso, da sociedade moderna. Se fôssemos confessar os danos irreparáveis que causamos, como sociedade, a esses milhões de crianças carentes, que penitência nos deveria impor o sacerdote para repará-los? Como refazer tantos estragos neurológicos que causamos por não permitir a esses menores de alimentarem-se suficientemente? Infelizmente, isto não é um simples exercício de imaginação. É a realidade. Pensemos!

Se a devastação sobre o menor causado pelas condições materiais já são graves, que dizer dos estragos psicológicos que tal situação de quase total carência afetiva provoca nos menores carentes? Frequentemente encontramos pessoas que durante a infância tiveram toda a solicitude dos pais, as melhores condições sociais, e se queixam de carência afetiva, buscam a ajuda de psicanalistas para suportarem a sua própria solidão e feridas psíquicas. Que são essas faltas comparadas com a terrível situação de uma criança jogada na rua, vivendo na e da rua, todo o tempo? Os únicos olhares que recebe são de hostilidade, desconfiança, medo! São crianças que não conheceram a afetividade adulta. Já é um milagre que estejam vivas. Até diria que a delinquência e violência provocadas por tais menores é relativamente pequena em comparação com as deformações a que foram submetidos por falta de um pai, de uma mãe,

de algum carinho adulto. A Psicologia poderia ainda alertar-nos muito mais para a bomba-relógio que a nossa sociedade brasileira está armando com tantos milhões de menores carentes, se não se tomarem urgentemente medidas sérias, rápidas, drásticas para combater tal situação.

2. Aspecto comunitário

Avançando um pouco mais ainda a reflexão do parágrafo anterior, perguntamo-nos pelas condições familiares e comunitárias dos menores carentes. Muitos já são fruto da espiral da marginalização. Suas mães e pais frequentemente foram em sua infância menores carentes. E esses menores mais tarde, em aventuras sexuais, colocarão no mundo outras crianças que seguirão o mesmo caminho e processo. Está montado o ciclo desumano da marginalização. É a espiral do não-afeto que vai gerando cada vez mais pessoas difíceis, agressivas, violentas. Despertam-se pulsões mais de morte que de vida, porque a experiência desses menores os fez mais próximos da morte que da vida.

Como é que uma criança pode ter pulsão de vida, ser transparente, transudar beleza e ternura, se ela jamais conheceu um sorriso, um olhar terno, na sua infância, de seus pais, dos adultos que a cercam? E de nós mesmos, que estamos nesse auditório, quantas vezes essas crianças receberam gestos de impaciência, de rejeição, de afastamento, porque se aproximaram de nossos carros, limpando-lhes o vidro na esperança de ganharem um trocado?

A afetividade, sobretudo dum menor, é essencialmente captativa, ansiosa de estímulos e quanto mais a comunidade a rejeita, mas ela se enruste, fechando-se na sua negatividade.

Certa vez, um psicólogo, no desenrolar de uma palestra, mostrou ao auditório uma enorme folha branca com um pontinho preto no centro, perguntando aos ouvintes que coisa viam. Voz compacta e uníssona responde: — um pontinho preto. O psicólogo retruca: vocês não estão vendo a folha branca? Se nós, bem-nutridos e com uma infância regada de carinho, frequentemente só enxergamos na folha branca da existência o pontinho negro das pequenas frustrações, que dizer então desses menores cuja experiência está toda envolta na escuridão da rejeição, da violência, da carência?

Talvez um dos poucos espaços que eles conseguem criar de relação mais humana são seus grupos etários, suas gangs. Se para nós esses grupos são uma ameaça à segurança, para os menores são uma proteção física e afetiva, ainda que também, não raras vezes, uma escola de delinqüência. O líder juvenil exerce uma função de proteção sobre seus companheiros. Apesar de todos os riscos que correm, sentem-se eles mais seguros, quando entre si, que entregues à rejeição dos adultos. Jorge Amado, de maneira romântica e talvez idealizada, nos pintou um pouco desse mundo, no seu comovente romance: Capitães de Areia.

3. Aspecto social

É o aspecto mais grave do problema, por causa da amplitude de suas dimensões. O sociólogo ou/e o politólogo poderiam dizer-nos muitas coisas sobre as estruturas geradoras de tanta pobreza e marginalização. No manual da CNBB sobre a Campanha da Fraternidade do próximo ano, vocês poderão encontrar muitos dados sobre o ciclo da marginalização, que está na base- causa do menor carente.

Há um ciclo da marginalização que envolve toda a sociedade e que produz esse menor carente em escala cada vez maior. Tal ciclo começa na zona rural desatendida, com o capitalismo selvagem que, através de empresas agropecuárias, vai invadindo o campo, expulsando os colonos e pequenos proprietários, compelindo-os a aglomerarem-se nas grandes cidades, em cortiços e favelas.

O problema da terra é bastante sério. Tão grave que, basta falar em possível reforma agrária, desencadeia as reações mais violentas dos setores agrários conservadores. E tal problema está na base da origem de grande parte dos menores abandonados. As periferias das grandes cidades estão congestionadas pelos emigrantes das regiões rurais.

O texto-base da CF assinala a ilusão da cidade como segundo momento do ciclo marginalizante. Abandonando o campo na ilusão luminosa das metrópoles, os camponeses se amontoam em seus subúrbios e periferias.

Um terceiro momento já é a vida dos filhos dessa geração de emigrantes. As crianças vão ser gestadas e criadas na infância em condições miseráveis com danos irreparáveis para sua saúde física e psíquica, como vimos acima.

No quarto momento, o texto-base analisa a problemática das crianças, adolescentes e jovens empobrecidos, que são abandonados por pais presos todo o tempo num árduo trabalho de muitas horas para proverem a sobrevivência da família, de um lado, e doutro, excluídos de um sistema educacional inadequado para sua situação e incapaz de absorvê-los. Entregam-se tais jovens ao subemprego e a um trabalho explorado, introduzindo-se muitas vezes na escola dos pequenos furtos, como arma de defesa no meio de tanta exploração.

Na quinta fase, esses menores carentes já vivem habitualmente na rua, na luta pela conservação da vida, desembocando na fase seguinte (sexta) de ser um menino/a de rua. Terminam o ciclo da marginalização ingressando na escola do crime e da delinqüência, experimentando na carne a dura realidade de uma sociedade injusta. Pesa sobre eles a chamada "justiça da Sociedade" que os condena quer às prisões, quer a outros tipos de instituições de correção. Na realidade, tais instituições não passam de escola de delinqüência.

II. O GRITO ÉTICO

Diante desse triste ciclo da marginalização que gera essas multidões

de menores carentes, irrompe em qualquer ser humano dotado de senso ético o grito: Este absurdo não pode continuar! Basta um mínimo de humanidade para dizer um basta à tamanha iniquidade! Não falo de fé, de devoção, de visão bíblica, de teologia. Falo simplesmente de humanidade. Como o pagão Terêncio, podemos repetir: "Nada de humano me é alheio." Isso quer dizer que quem não se comove diante dessa tragédia já perdeu esse mínimo de humanidade. Embruteceu-se. Pode constar na certidão de nascimento que é ser humano, mas na realidade se aproxima do animal, pelo desgaste de humanidade.

Quando Paulo VI discursou na ONU, apelou por sua especialidade em humanidade. É essa mesma especialização em humanidade que nos obriga no ano da CF sobre o menor carente a falar a todos sobre tal problema. Nem se trata realmente de um grito profético. É simplesmente ético. Basta ter essa eticidade básica, esse "Gut sein" de que fala I. Kant, esse imperativo categórico do ser bom, para que se diga um não rotundo ao ciclo de marginalização, gerador do menor carente.

Em vão seria tal grito, se não se lhe ajuntasse uma vontade política. Não é um simples problema setorial de habitação, ou alimentar, ou educacional, que poderia ser resolvido em esfera mais restrita. É um problema global da sociedade. É problema político e só se resolve com decisões políticas. Cada dia os jornais noticiam sobre nossa dívida externa. Saem do país, 6, 7 ou 8 bilhões de dólares, como juros a se-

rem pagos pelo montante de uma dívida que não só não diminui, como continua crescendo. Essa avanço de dólares não termina em nenhum benefício para os milhões de menores carentes, mas vai alimentar as grandes fortunas. Se a decisão política beneficia tais bancos, por que ela não se orienta a resolver de vez essa chaga social? Mas se bilhões de dólares vão para os grandes bancos, não há evidentemente dinheiro para resolver os problemas sociais dos menores carentes. Portanto, faz-se mister um mínimo de decisão política.

Esta, porém, não só supõe responsabilidade política, mas também **competência**, para tornar-se **eficaz**. Às vezes há decisão política. Há responsabilidade política, mas falha-se na competência, tornando-se portanto ineficaz a ação empreendida.

Certamente será um tema importante a ser debatido no bojo das discussões sobre a Constituição. É função da sociedade e de modo especial das Igrejas nesse ano da CF do menor carente, sensibilizar os Constituintes a respeito desse problema grave de nossa realidade social. Enquanto ele não entrar na consciência política — de quem legisla e de quem governa —, que se trata de um problema sério, político e de consequência imprevisíveis para o futuro da nação brasileira, nada se conseguirá de mudanças profundas a fim de solucionar essa situação calamitosa.

Esse grito ético não implica nenhuma visão de fé. Um ateu, que nega a Transcendência, pode sentir

e gritar tão alto e mais alto ainda que qualquer um de nós. Mas nós aqui estamos reunidos enquanto igrejas cristãs. Por isso, interessa-nos refletir também à luz de nossa fé.

III. O MENOR CARENTE: PROBLEMA TEOLÓGICO

Antes de tudo, pediria licença aos organizadores da Semana Ecumênica para dizer-lhes que o título "o menor profeta" não me agradou teologicamente. O menor carente como tal não é profeta. É possível que um menor, a partir de seu sofrimento e de sua experiência religiosa, assuma uma atitude profética. Será um caso peculiar.

Mas o fato do menor carente não é profetismo. É pecado social. Do contrário confundimos as coisas. O fato de existir tal menor carente é pecado nosso. Não podemos confundir pecado com profecia. Do contrário pode-se até pensar que o menor carente é uma coisa linda: é um profeta. Pois não é lindo, não: É uma vergonha, é um pecado de toda uma sociedade que o gera aos milhões. No fundo, seria dizer que os assírios que massacraram o povo de Israel foram profetas. E Isaías, o que seria então?

O profeta é aquele que vendo a injustiça, a partir de sua experiência de Deus, grita, protesta, objurga o povo. O fato da existência do menor carente possibilita que outros, diante dele, assumam uma função profética. Por exemplo, a pastoral do menor carente, algum bispo determinado, algum agente de pastoral, que de dentro de sua experiên-

cia de Deus e em íntima comunhão com o menor carente, protesta contra a injustiça, a perversidade de tal realidade social.

1. Relação entre o "menor carente" e o "profético"

Antes de mais nada, não há, como vimos, uma relação direta. A situação do menor não é profética, é pecado social. Torna-se, sim, ocasião de profecias. Mais. Sentimos cada dia mais necessidade de que vozes proféticas se levantem para denunciar tal situação. O fato de a Igreja Católica do Brasil lançar a CF em prol do menor carente é, sem dúvida, um gesto profético. Tanto mais importante quanto se prevê que o próximo ano será absorvido por muitos problemas importantes. Constituição, reformulação do Plano Cruzado que já dá sinais inequívocos de deterioração, reescalonamento da dívida externa, início de mandato dos governadores estaduais, etc. . .

2. Situação profética

A situação profética define-se fundamentalmente pela sua referência a Deus. O profeta tem dois olhos. Um primeiro olhar se volta à tradição javista, ao Deus que chama o povo, à experiência que ele faz do Deus da Aliança, do Deus da Libertação. É uma experiência profunda de que Deus é amor, misericórdia, justiça, libertação, força, coragem. Experiência de ser chamado por Deus. "O leão ruge, quem não temerá? Javé fala: quem não profetizará?" Esta é a experiência de Amós. Ou como Jeremias: "Ah! Senhor Javé! Não sei anunciar, sou

uma criança ainda!" E Javé retruca: "Não tenhas medo, pois estou contigo para salvar-te! Eis! Ponho minha palavra em tua boca!" Ou como Isaías: "Eis-me, envia-me!" E Deus responde: "Vai, e dize a este povo. . ." É a dupla experiência: a fraqueza da criatura e a força de Deus. É a presença de Javé que entra na vida de alguém, que agarra a pessoa, para muito além de seu medo, de sua fraqueza. Mesmo quando quer fugir, é capturada pela força de Deus, como Jonas. Numa palavra, é uma experiência de Deus muito maior que a pessoa mesma.

Toda experiência da Transcendência toca o mistério sagrado, o mistério grandioso, aquele mistério do "Deus sempre maior". E dessa experiência arranca o profetismo sua origem.

Mas não basta esta experiência profunda de Deus. Dela poderia nascer um místico, um contemplativo, alguém que se refugia no deserto: não nasceria nenhum profeta. O profeta necessita ter um segundo olhar. Olhar para seu povo. Aí, sim; ele depara com o menor carente. E olhando para essa realidade, com o outro olhar da Transcendência de Deus, explode num estro profético. Portanto, o profetismo nasce da dupla experiência: espiritual, transcendental do Deus da Aliança, do Deus da libertação e social, concreta, histórica da realidade de injustiça, de opressão. De um lado, percebe o profeta a justiça, a santidade, a paixão de Deus pela humanidade e sobretudo pelos mais desvalidos e doutro a situação social que gera e sustenta tal injustiça, tal perversidade de milhões de

menores carentes. "Se o leão ruge, quem não temerá?" Se há tanta injustiça, quem não falará? Ou como cantamos na canção "Profeta":

"Ai de mim se eu não disser
A verdade que eu ouvir
Ai de mim se eu me calar
Quando Deus me mandar falar!"

Ou como a outra canção "Profeta":

"Tenho que gritar, tenho que
[arriscar!
Ai de mim, se não o faço
Como escapar de Ti? Como calar?
Se tua voz arde em meu peito
Tenho que andar, tenho que lutar!
Ai de mim se não o faço!
Como escapar de Ti? Como calar?
Se tua voz arde em meu peito".

O profeta sente-se pequeno, impotente diante desse apelo veemente de Deus de um lado, e doutro está empapado de realidade. E de dentro dela e da experiência de Deus, profetiza. Ora, a situação do menor abandonado é profundamente provocadora de profecia. Nós aqui, cristãos de diferentes igrejas, que assumimos essa pastoral do menor carente, no nível de seriedade e gravidade que merece, somos chamados a ser profeta. Pois, de um lado, nascemos e vivemos dentro da tradição do Deus libertador, do Deus da Aliança, do Deus Pai de Jesus Cristo, e doutro, por menor que seja nossa experiência do menor carente, conhecemos a iniquidade da situação que a gera. Da junção desses dois conhecimentos, dessas duas experiências, brota o discurso, o grito profético.

O profeta consegue tal síntese porque tem uma visão unitária da história. O político e o sagrado andam de braços dados. A história é lida como acontecimento de salvação. E a salvação acontece inicialmente na história para prolongar-se para dentro da definitividade de Deus. Há uma identidade material, ainda que não formal, entre o evento histórico e o significado salvífico. Uma formação escolástica, reforçada pela teologia pós-tridentina, nos dificulta tal percepção. Pois concebemos a história dicotomicamente, de modo que temos dificuldade de captar o sentido salvífico dos acontecimentos. O profeta nos educa a ler a história à luz da Palavra de Deus. E agir hoje profeticamente, no caso do menor carente, é ler tal acontecimento à luz do juízo de Deus. Juízo que é ao mesmo tempo chamado à conversão.

A afirmação do humano na história não se opõe à Transcendência de Deus. Antes, confirma-a, reafirma-a. Assim em nome do senso de humanidade, afirmamos os direitos, o valor, a dignidade dos menores carentes e rejeitamos a situação de injustiça que os condena a esse tipo de vida. Ora, ao fazermos isso, sabemos que afirmamos a própria Transcendência de Deus. Pois somos seres livres, sociais, políticos e não indivíduos e mônadas fechados e isolados. Somos sociedade, corpo social, relações com as pessoas. E em respondendo a essa nossa vocação profunda, ontológica, afirmamos a Transcendência que assim nos fez, assim nos criou. À medida que realizarmos essa nossa sociabilidade, politicidade, testemunhamos a

Transcendência de Deus. Assim, quanto mais nos envolvermos com o problema do menor carente, sob o ângulo social e político, não estamos saindo do âmbito da fé, mas adentrando nele. E pelo contrário, ao negarmos essas dimensões social e política, negamos Aquele que assim nos criou.

Para o filósofo, a sociabilidade humana é um transcendental, isto é, uma estrutura ontológica do ser humano. Para o que crê, é mais do que isso. Pertence à estrutura existencial sobrenatural, para usar uma expressão de sabor rahneriano; faz parte do chamado ontológico de Deus à pessoa para entrar em comunhão com os homens e com Ele. Somos irmãos e irmãs chamados a viver a fraternidade entre si, como sacramento da comunhão trinitária, já iniciada na história e a realizar-se plenamente para além da morte.

Deus nos chama a ser irmãos, a ser comunidade, a ser pólis, a ser políticos, a ser povo de Deus, a construir a justiça. Chamado que não nos é extrínseco, mas ontológico. Toca nosso ser, a nossa constituição existencial. Negar esse chamado, é negar, em última análise, a dimensão mais profunda de nosso ser.

Nisso se vê como é falsa a acusação de puro horizontalismo, de negação de Deus ao compromisso com a dimensão social e política de uma pastoral, como a do menor carente. É falta de reflexão sobre o nosso próprio ser: chamado à comunhão com o irmão, a ser humanidade, a ser povo de Deus, a ser povo de justiça, a ser Reino de Deus. Cha-

mado a que o homem pode resistir, negar, criando, portanto, sua própria infelicidade e condenação. Nesse sentido, invertendo a frase de J. P. Sartre, "o inferno somos nós mesmos" quando negamos nossa dimensão de solidariedade, de coletividade, de fraternidade, de humanidade, de povo de Deus. É a liberdade que rejeita, em última análise, a sua dimensão de sociabilidade, de comunhão com os homens e com Deus.

Não nos demos o ser. Podemos ou não ir construindo-o, concretizando suas dimensões profundas. E nossa felicidade consiste precisamente em ir conhecendo e realizando a estrutura fundamental de nosso ser. Para isso, a teologia da criação nos ajuda, revelando-nos o projeto salvífico de Deus para nós, para a humanidade. E o amor ao menor, ao pequenino, ao mais desprezado, pertence às vigas mestras do edifício salvífico planejado por Deus para a humanidade, à espera de sua resposta.

Ora, uma sociedade em que não haja lugar para a criança, pior ainda, em que milhões de menores são marginalizados, está contradizendo o plano criador e redentor de Deus. Revela uma decomposição humana, ética, moral. Dá-se um atestado de óbito ético. É um verdadeiro desafio para os cristãos ter de pregar o evangelho que privilegia a criança numa sociedade que a marginaliza.

3. A experiência de Deus na vocação profética

A experiência de Deus é uma experiência transcendental, porém,

sempre mediatizada. É uma experiência transcendental no sentido de que nos percebemos nela remitidos, referidos, orientados a um ser do qual não podemos dispor, mas que dispõe de nós. Vamos compará-la com a experiência que faço agora com o microfone. É uma coisa. Posso dispor dele, manipulá-lo e não me sinto referido a ele. Pelo contrário, vejo que ele é referido, disposto para mim. Não há experiência de Transcendência, mas de imanência, de uma coisa. A experiência da Transcendência, pelo contrário, acontece quando me percebo orientado para alguém que é um mistério último, sagrado, inominável, imanipulável, não posto ao alcance de minhas mãos. À medida que ele se me faz presente, percebo-o ausente. À medida que o tenho, o posuo, ele se me escapa.

4. O menor carente: mediação histórica privilegiada da experiência transcendental de Deus.

A experiência transcendental de Deus não se faz no vazio. Não sou remetido a Deus, suspirando ou gemendo, ou aleluando pela rua... Deus é experimentado no concreto de nossa existência histórica. E nem todas as realidades são igualmente mediações de Deus. Há algumas privilegiadas. O menor carente é uma delas. Como sei disso?

Antes de tudo, porque Deus mesmo no-lo disse. Pois somente Deus pode dizer-nos onde ele está. Não posso dispor de Deus. É Ele que dispõe de si mesmo, dizendo-nos onde encontrá-lo. Podemos forjar presenças imaginárias de Deus. Nesse caso

encontramos uma criatura e não Deus. E quando a chamamos de deus, então ela é um ídolo. E há muita idolatria também no séc. XXI!

A tradição vétero-testamentária no concernente à legislação, insiste no cuidado com a viúva e o órfão, mostrando como Deus é o protetor deles. O órfão é a versão antiga do menor carente. "Se afligires o órfão e ele clamar a mim, escutarei o seu clamor" (Ex 22,22). Quem perverter o direito do órfão é maldito (Dt 27,19). Esta identificação de Deus com o órfão revela a sua predileção por ele. Amá-lo é portanto, experimentar o mesmo amor de Deus.

A tradição profética segue o mesmo caminho. Fazei justiça ao órfão, clama Isaías (1,16-17). Não se trata de uma experiência deliciosa, afa-gante, mas provocadora de justiça. Deus também nos diz a maneira de experimentá-lo. No menor carente, experimenta-se Deus pedindo justiça, clamando por mudança social, protestando contra essa realidade iníqua. Nem sempre a presença de Deus é gozosa, consoladora, provocadora de lágrimas de emoção. Muitas vezes é uma presença de Deus que provoca ira, luta, combate, organização, trabalho, conscientização.

No seu diário, D. Pedro Casaldáliga nos relata como, em determinada ocasião, no meio da floresta, como os posseiros perseguidos de morte por forças superiores e armadas, sentiu sua absoluta impotência. Aí experimentou a Deus na ira, no clamor por justiça, de dentro de sua impotência, como os profetas diante dos exércitos inimigos.

Não foi uma experiência de aleluias, mas de “de profundis”, de “orgé tou Theou” — ira de Deus. Não é uma experiência de Deus de conformidade, mas de luta. A experiência de Deus tem uma riqueza enorme de manifestação, de expressões e de práticas daí decorrentes. Não produz sempre os mesmos efeitos. É variada. Deus é o absoluto e só ele pode escolher o modo de manifestar-se. Ele mesmo se atribuiu o título de “vingador dos órfãos”. Expressão forte, mas revela a paixão de Deus pelo menor carente. Está de seu lado, incondicionalmente. Quem estiver do lado de Deus, coloque-se do lado do menor, do órfão!

O renomado teólogo espanhol González-Faus disse uma frase muito profunda: “É menos errado dizer que Deus sofre, que Ele não sofre”. O Deus bíblico não é o deus impassível de Aristóteles. É um Deus apaixonado, que toma partido, que sofre com os pequenos. Ora, se há um lugar em que Deus sofre, é nas ruas povoadas de menores carentes. Sofre pelos menores, com os menores e em protesto contra tal injustiça. Assim, experimentar a este Deus, só pode ser no sofrimento, no protesto, na ira, como os profetas.

Jesus vai mais longe que o Antigo Testamento. No seu discurso, Jesus coloca a criança modelo do Reino de Deus. Acolhê-la é acolher o próprio Cristo. Quando os apóstolos, refletindo a mentalidade de sua época de profundo desprezo e desrespeito às crianças, afastavam-nas de Jesus, Ele protesta e acolhe-as. Esse gesto de Jesus é profunda-

mente expressivo. Não se tratava de nenhuma criança linda, perfumada, bem vestidinha, mas de crianças pobres, largadas: próximas de nosso menor carente. Podemos dizer que o menor carente é símbolo, sinal, expressão do Reino de Deus, isto é, da ação apaixonante de Deus pelos homens na história.

Em Mt 25, Jesus identifica-se com o marginalizado. E entre eles está o menor carente. Vale dele, portanto, a feliz ou terrível frase de Jesus, conforme o caso: “Eu era menor carente e me acolheste”, e então “Vem bendito de meu Pai”, e “recebe em herança o Reino que te está preparado desde a criação do mundo”; ou: “Eu era menor carente e me desprezaste”, e então: “Afasta-te de mim, maldito, para o fogo eterno” (Mt 25, 31ss).

Concluindo, numa palavra, o menor carente é o sacramento da presença de Deus entre nós. Deus se manifesta na sua face, porque assim Ele o quis.

CONCLUSÃO

O problema do menor carente não é um dentre tantos problemas para as igrejas cristãs. Não! Nele está em jogo a própria credibilidade de nossas igrejas. Diante do fato da existência do menor carente, podemos parafrasear a terrível e sarcástica afirmação de A. Camus: “Enquanto existir um menor carente no Brasil, todos os argumentos em favor das igrejas cristãs são inúteis, todas as demonstrações de fé

(Continua na 3ª capa ao lado)



Rua Alcindo Guanabara, 24 — 4.º andar / Cinelândia / Tel.: (021) 240-7299
20031 Rio de Janeiro, RJ

Assinante:

Rio de Janeiro, RJ
1 de setembro de 1987

Uma Constituinte imagina-se que seja sinônimo de renovação ou, pelo menos, de consolidação de algumas perspectivas modernas. Na atual Constituinte, porém, trafegam teses e propostas que exibem o **ranço de coisas ultrapassadas e preconceituosas**. Uma delas é a que se refere ao **ENSINO**. A este propósito, faço, aqui, duas observações.

1. **Escola estatal e GRATUITA para todos em todos os níveis**. Eis uma amostra de proposição assistida política, técnica e moralmente. Uma formulação teórica de inusitada desonestidade intelectual e de confrangedora sensação de miopia mental. Ração excessiva de empulhação. **Qualquer mentira, convenientemente martelada, torna-se uma verdade aparente**. Por mais voltas e nós e se dêem ao raciocínio, ele amarra uma só evidência: demagogia, mistificação, slogans em conformidade com idiosincrasias e sabores de chavões ideológicos de uma retórica calcinada pelo automatismo. A opinião pública, todavia, aos poucos, vai percebendo, perplexa, que este jogo está viciado totalmente. **O ensino BÁSICO universal é INEXISTENTE**. E, no entanto, legítima e igualmente, obrigatório. Já a monopolizada gratuidade estatal UNIVERSITÁRIA, legalidade desde a sua criação, é **mito, farsa, discriminação**. Atenta contra a justiça, pois o Fisco, sempre invariável, recolhe de **TODOS** os agentes econômicos e distribui a **POUCOS** privilegiados. Claro como a água colhida na fonte.

Quem examina o sistema brasileiro de ensino chega a este **penoso diagnóstico**: o Governo deveria investir duas vezes e meia o valor que gasta em educação **AGORA** para garantir que o aluno do primeiro ano de **HOJE** conclua as oito séries do primeiro grau. Como não vai investir, persistirão a **EVASÃO** trágica, o efeito arrasador da **REPETÊNCIA**, e os contingentes de **analfabetos funcionais** ou não a crescer. A situação é caótica pela ausência de uma verdadeira proposta racional em matéria de educação e ensino. Nada mais cru, nu e concreto.

2. **Democracia e Escola Particular**. Com uma constância implacável, o tempo e a história vão varrendo da cabeça das pessoas a idéia de que o Estado é uma ilha ou pode ser uma tartaruga. Simplesmente não há mais espaço no mundo para atitudes isolacionistas. **Democracia e Escola Particular: incongruência patética!** Por esta rota não se evolui. Não se agilizam formas dinâmicas de relacionamento com os fatos. Não se constrói uma nação moderna jurídica, econômica e institucionalmente. Não se aprimora o ensino onde **valem unicamente os critérios da variedade, da competência e da livre opção**.

Da marcha histórica do Direito desabrochou a **ORDEM JURÍDICA**, faixa de compatibilização, na qual se unem os interesses do serviço público oficial e do serviço privado, de utilidade pública, porém. **PÚBLICO** como sinônimo de **ESTATAL**, só por **equivoco semântico** e por evidente **desvio de lógica**, quando a parte se faz o todo. Caminhando, assim, na contramão da história, ninguém progride, nem as pessoas nem as nações. Reprises históricas tendem à farsa ou à encarnação trágica. **Ensino estatal único**: exemplo de obstrutivo intervencionismo, discurso à margem da realidade, **retrocesso à pajelança** como proposta à sociedade democrática e avançada, vocação coercível de nosso país.

Religioso(a), as pessoas não fazem a própria história nas condições escolhidas por elas. Esta é a nossa **hora de fazer a história agindo intensamente e com urgência** em favor da **ESCOLA PARTICULAR**. Quem se omite nunca terá razão. Essencial à democracia, na sua matriz filosófica, a variedade de opções de ensino e educação. E insubstituível, em nossa vocação evangelizadora, é a missão da Escola. Não há agência alternativa de eficácia e qualidade como a Escola para formar as consciências fazendo-as assimilar um estilo de vida cristão.

Desejando-lhe toda paz e todo bem, com sempre renovada estima e fraterna amizade, escrevo-me,

atenciosamente,

PE. MARCOS DE LIMA, SDB
Redator-Responsável
Convergência e Publicações CRB